

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC**  
**CENTRO SÓCIO ECONÔMICO**  
**DEPARTAMENTO DE ECONOMIA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O IMPACTO DAS REFORMAS FISCAIS DE 1967 E 1988 NAS FINANÇAS DO  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – Monografia.

**POR: MARCUS VINICIUS TORTELOTE SARAIVA**

Orientador: Prof. João Rogério Sanson

Área de Pesquisa: Setor Público

Palavras – Chaves: Reforma Tributária

Receita Corrente

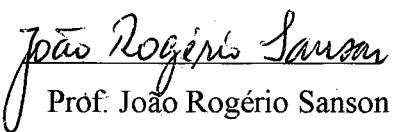
Receita Tributária


FLORIANÓPOLIS, OUTUBRO DE 2002

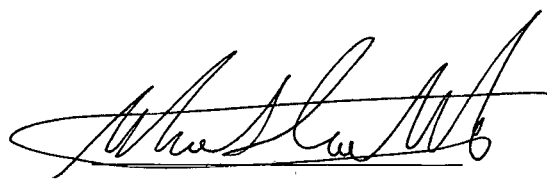
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**O IMPACTO DAS REFORMAS FISCAIS DE 1967 E 1988 NAS FINANÇAS DO  
ESTADO DE SANTA CATARINA**

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8,5 ao aluno Marcus Vinícius Tortelote Saraiva na disciplina CNM – 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:   
Prof. João Rogério Sanson  
Presidente

  
Prof. Roberto Meurer  
Membro

  
Marcelo Antônio Matos  
Membro

A noção de ‘restrição orçamentária fraca’ refere-se à tendência ao relaxamento da disciplina financeira, ao enfraquecimento da idéia de que o gasto e a expansão dependem da receita e não do financiamento de terceiros.

Janos Kornai

Agradeço aos meus pais por serem as pessoas maravilhosas que são, a meu filho Marcelo por ser a pessoa linda que é capaz de com um simples olhar transmitir uma força maravilhosa, ao esforço e a dedicação do professor João Rogério Sanson, ao Sr. Alcioli Vieira Filho pela grande ajuda proporcionada na Secretaria da Fazenda. Ao professor Roberto Meurer e Marcelo Antônio Matos por participarem da banca, a professora Patrícia Arient e a todos que de algum modo ajudaram-me no decorrer da minha vida universitária.

## SUMÁRIO

LISTA DE ABREVEATURAS	vi
LISTAS DE GRÁFICOS	viii
LISTAS DE ANEXOS	ix
RESUMO	x
CAPÍTULO 1	1
REFORMAR OU NÃO REFORMAR: EIS A QUESTÃO	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.2 OBJETIVOS	3
1.2.1 Geral	3
1.2.2 Específico	3
1.3 Procedimento Metodológico	4
CAPÍTULO 2	5
AS REFORMAS TRIBUTÁRIAS	5
2.1 Administração Pública	6
2.2 Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG	6
2.3 Reforma Tributária de 1967	8
2.4 Reforma Tributária de 1988	11
2.6 Responsabilidade Fiscal	15
CAPÍTULO 3	16
A ECONOMIA BRASILEIRA E A CATARINENSE	16
3.1 Desempenho da Economia Brasileira	17
3.2 Desempenho da Economia Catarinense	20
CAPÍTULO 4	24
ANALISE DAS REFORMAS TRIBUTÁRIAS	24
4.1 Receita Orçamentária	24
4.2 O Impacto	29
CONCLUSÃO	35
ANEXO A	37
ANEXO B	41
ANEXO C	51
ANEXO D	53
ANEXO E	54
ANEXO F	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	59

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

PAEG – PROGRAMA DE AÇÃO ECONÔMICA DO GOVERNO  
PND – PROGRAMA NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
BNDE – BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO  
SUDENE – SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE  
IR – IMPOSTO DE RENDA  
IPI – IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDISTRUALIZADOS  
FGTS – FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO  
CLT – CONSOLIDAÇÕES DAS LEIS TRABALISTAS  
ICMS – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS  
ICM – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIA  
IVC – IMPOSTO SOBRE VENDAS E CONSIGNAÇÕES  
ISS – IMPOSTO SOBRE  
IPVA – IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE DE VEICULOS AUTOMOTORES  
IOF – IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS  
IPTU – IMPOSTO SOBRE PROPIEDADE TERRITORIAL URBANA  
CPMF – CONTRIBUIÇÃO POR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA  
CERF – COMISSÃO EXECUTIVA PARA REFORMA FISCAL  
SRF – SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL  
NFL – NECESSIDADE DE FINANCIAMENTO LIQUÍDO  
BNH – BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO  
FAF – FUNDO DE APLICAÇÕES FINANCEIRAS  
PRODEC – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA EMPRESA CATARINENSE  
FGV – FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
FPE – FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS  
FPM – FUNDO DE PARTICIAPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS  
FMI – FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL  
INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL

## LISTAS DE TABELAS

Tabela 1	Distribuição da competência tributária	10
Tabela 2	Evolução da Estrutura da Receita Orçamentária – 1950 a 1964	26
Tabela 3	Evolução da Estrutura da Receita Orçamentária – 1965 a 2001	28

**LISTAS DE GRÁFICOS**

Gráfico 1	Composição das Receitas Correntes Segundo categoria econômica de 1950 a 1964	27
Gráfico 2	Composição das Receitas Correntes Segundo categoria econômica de 1965 a 2001	27
Gráfico 3	Receita Orçamentária segundo categoria econômica - 1950 a 1964	29
Gráfico 4	Receita Orçamentária segundo categoria econômica - 1965 a 2001	30
Gráfico 5	Principais Impostos da Receita Tributária de 1950 a 1964	31
Gráfico 6	Principais Impostos da Receita Tributária de 1965 a 2001	31



**LISTAS DE ANEXOS**

1	Anexo A - Evolução da receita orçamentária recursos do tesouro 1950 – 1964 valores a preços correntes	37
2	Anexo B - Evolução da receita orçamentária recursos do tesouro 1965 – 2001 valores a preços correntes	41
3	Anexo C - índice mensal utilizado para atualizar a série histórica das receitas orçamentária do Estado de Santa Catarina– 1950 – 2001 em %	51
4	Anexo D - Produto interno bruto – PIB – nacional de 1950 – 2001 em %	67
5	Anexo E - Títulos das contas do Estado de Santa Catarina de 1950 a 1964	68
6	Anexo F - Títulos das contas do Estado de Santa Catarina de 1965 a 2001	70

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise do impacto das reformas tributárias de 1967 e 1988 na receita corrente do Estado de Santa Catarina. Para uma análise mais detalhada, foram considerados os dados fiscais no período de 1950 a 2001. Na verdade, o trabalho se insere num projeto de levantamento de dados fiscais para Santa Catarina.

O Estado de Santa Catarina, assim como os demais Estados, vem sendo afetado, tanto no setor privado como no setor público, pelos acontecimentos brasileiros de natureza econômica, tais como inflação, planos de estabilização e as mudanças ocorridas devido a Constituição de 1988. Neste contexto, o presente estudo apresenta os aspectos recentes da política econômica brasileira e seus reflexos no desempenho da economia catarinense.

No capítulo 1 foi feito um breve relato sobre a questão da reforma tributária, sendo apresentados os objetivos gerais e específicos e o procedimento metodológico.

O capítulo 2 discute o que é Administração Pública, o que foram o Programa de Ação Econômica do Governo, a reforma tributária de 1967 e 1988 e ainda o processo de reforma tributária iniciado nos anos 90.

O capítulo 3 procura descrever brevemente a economia nacional, relatando acontecimentos das décadas referentes a este estudo e fazendo um relato sobre a economia catarinense, dando ênfase no período do estudo.

O capítulo 4 procura retratar o impacto, no Estado de Santa Catarina, das duas reformas tributárias, que são o objeto deste estudo. Será analisada a receita corrente, observando no período qual foi a principal fonte de arrecadação no Estado.

## **CAPÍTULO 1**

### **REFORMAR OU NÃO REFORMAR: EIS A QUESTÃO**

#### **1.1 Introdução**

Já no início da década de 60, muitas críticas eram feitas ao sistema tributário. Um grande aliado para que ocorresse uma profunda reforma tributária veio do movimento militar de 1964.

Tradicionalmente a competição tributária tem ocorrido em diversos Estados, os quais prometem incentivo em diversas áreas, como isenção de impostos por um determinado tempo. Neste jogo para trazer determinadas empresas para seus pólos industriais, acaba prevalecendo uma guerra fiscal.

Em novembro de 1964, foi lançado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) que foi elaborado e lançado visando um controle do processo inflacionário, combinado com a retomada do desenvolvimento econômico. Desta forma, pretendia-se combater a inflação sem quebrar o ritmo da atividade produtiva.

A reforma tributária de 1967 veio para aumentar a capacidade de arrecadação do Estado com a intenção de solucionar problemas de Déficit fiscal, procurando estimular o crescimento econômico.

A partir da crise do petróleo em 1973, a economia mundial passou por uma grande crise que veio a terminar com o ciclo que vinha ocorrendo desde a Segunda Guerra Mundial. Era o fim do período em que não só os países capitalistas desenvolvidos, mas o bloco socialista e parte do Terceiro Mundo alcançaram altíssimas taxas de crescimento, isso devia-se a um pensamento em comum que baseava-se que o melhor meio de conseguir sucesso durante trinta anos foi a existência de um amplo consenso social a respeito do papel do Estado, o qual procurava garantir prosperidade econômica e bem-estar social.

O tipo de Estado que começava a se esfacelar em meio à crise dos anos 70 tinha três dimensões (econômica, social e administrativa), todas interligadas:

- Inspirado em John Maynard Keynes, o Estado intervinha na economia, fazendo com que ocorresse o pleno emprego, além de atuar nas áreas que eram consideradas estratégicas, como petróleo, telecomunicação e energia.
- A parte administrativa, tinha como padrão atuar no funcionamento interno do Estado, que tinha como papel principal manter o Estado em um patamar que fazia com que se tornasse impessoal.
- Já a última era a área social, que tinha como objetivo garantir as necessidades básicas da população.

No Brasil, a crise do Estado pode ser analisada a partir de alguns tópicos: a crise fiscal do Estado; o esgotamento do padrão de intervenção estatal; e a crise no gerenciamento do aparelho do Estado<sup>1</sup>. A crise do Brasil, se analisada unicamente na área da reforma tributária, que é o objeto deste estudo, mostra que já há alguns anos se fazia necessária uma real intervenção na área tributária; as reformas tributárias realizadas em 1967 e 1988 atuaram de forma paliativa na economia.

Alguns fatos determinaram a necessidade das reformas que foram elaboradas nos anos acima citados. Por exemplo,

O elevado grau de intervenção do Estado no mercado por meio de empresas estatais, cujo apogeu se deu nos anos 70; a adoção de um modelo de crescimento econômico financiado com endividamento externo (II PND); a estatização da dívida externa (ocorrida na segunda metade dos anos setenta); a crise da dívida externa, decorrente do choque dos juros internacionais (entre 1979 e 1981); e a corrosão inflacionária das receitas tributárias. (COSTIN, 1998, p.1, apud GOULART, 1999, p.14)

Agravado pelo endividamento, o colapso financeiro do setor público brasileiro parece transformar-se em um fenômeno quase generalizado. A União, os Estados e a grande maioria dos municípios têm-se defrontado com compromissos de caixa, normalmente superiores às suas receitas ordinárias disponíveis.

No decorrer dos anos 70, ocorreu uma dificuldade crescente em se obter um controle das políticas monetária e fiscal do País. Estas crises fizeram com que ocorresse a necessidade de uma forte contenção dos gastos públicos. A União, os Estados e municípios passaram a administrar sua folha de pessoal com maior austeridade.

---

<sup>1</sup> Ver Goulart (1999)

Desde a última reforma tributária realizada no Brasil em 1988, o País teve uma nova postura; foram criadas medidas que visaram um aumento de receitas. Logo após sua promulgação, ganhou forças o processo de globalização.

Após o Plano Real os Estados tiveram sua situação fiscal agravada devido a extinção das receitas obtidas através do imposto inflacionário, fazendo com que, os Estados, ficassem mais dependentes da União e da arrecadação própria.

## **1.2 Objetivos**

### **1.2.1 Geral**

Este trabalho pretende traçar um perfil de como as reformas tributárias de 1967 e 1988 afetaram o Estado de Santa Catarina e verificar a repercussão causada em relação ao nível de comprometimento da receita corrente.

### **1.2.2 Específico**

Os objetivos específicos são:

1.2.2.1) estudar a evolução da estrutura da receita por impostos, dando um enfoque nos principais impostos durante o período de 1950 a 2001;

1.2.2.2) Avaliar as mudanças ocorridas após a reforma tributária de 1988, principalmente no que se refere à responsabilidade fiscal;

### 1.3 Procedimento Metodológico

Buscar-se-á através de um levantamento nas prestações de contas do Estado de Santa Catarina, nos períodos relevantes ao estudo com as Reformas Tributárias dados para análise dos impactos.

O presente trabalho será dividido em dois períodos: o primeiro de 1950 a 1964 e o segundo de 1965 a 2001. Esses dois períodos são devidos à publicação da lei 4320/64, que determina como seriam as novas contas a partir de 1964..

Para verificar a estrutura de receitas e custos serão utilizados os dados obtidos através dos órgãos governamentais<sup>2</sup>, observando os balanços do governo.

Os objetivos serão atingidos realizando-se uma investigação na bibliografia existente, extraindo informações pertinentes à estruturação do presente trabalho, procurando adequar o assunto aos problemas econômicos estudados no campo das ciências econômicas.

Os dados foram coletados das prestações de contas do Estado de Santa Catarina, sendo ajustados, através do fator médio anual, de acordo com a série do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getulio Vargas, para valores reais referentes ao ano de 2001. Isso permitiu a comparação de informações de período anterior ao Plano Real com informações de período posterior. A coleta destes dados ajudam na elaboração de uma série, que visa um levantamento histórico do orçamento catarinense; este levantamento procura dar continuidade a dois outros trabalhos de alunos da graduação de economia, Goulart e Brasil. Os dados contidos neste estudo obtiveram a ajuda do colega Anildo Motta, que para sua monografia pesquisou os dados de 1950 a 1970.

---

<sup>2</sup> Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina e Arquivo Público do Estado de Santa Catarina

## CAPÍTULO 2

### AS REFORMAS TRIBUTÁRIAS<sup>3</sup>

A partir da década de 50, o governo brasileiro se preocupou com o desenvolvimento industrial, criando o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) em 1952 e buscando atrair capital estrangeiro para o País, através de favores financeiros e cambiais e pela transformação do imposto de importação. Em 1953 visando a diminuição da vulnerabilidade do País a choques externos foi criada a Petrobrás, sem esquecer da segurança nacional e do fortalecimento da soberania. Em 1959, foi criada a SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, que deu início ao desenvolvimento regional.

A taxa de inflação anual, que era da ordem de 13% em 1950 e já atingia 30% em 1960, saltou para 91% em 1964 (ver anexo D). Em vista da crise que o País passava, fazia-se necessária, urgentemente, uma reforma tributária, não só para resolver o problema orçamentário como para prover os recursos necessários às demais reformas.

O atual Sistema Tributário teve sua estrutura implantada pela reforma de 1967, experimentou várias alterações, sendo a mais expressiva a feita pela Constituição de 1988.

De um modo geral, a reforma tributária tem como objetivo garantir os valores necessários que possam dar ao setor público meios de manter suas funções básicas.

Os tipos de tributos nele previstos são três: impostos, taxas, contribuição de melhoria e a técnica da partilha da receita entre duas ou três esferas de governo constituem uma das suas principais características. Assim, temos impostos cujo produto da arrecadação pertence à União, aos Estados e aos Municípios, caso do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), e impostos que pertencem aos Estados e Municípios, caso do Imposto de Circulação de Mercadorias e do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores.

---

<sup>3</sup> Capítulo baseado em Giambiagi e Além (2001), Riani (1997) e Resende (2000)

## **2.1 Administração Pública**

Administração pública é a parte que participa de um complexo de atividades concretas e imediatas desempenhadas pelo Estado, que pretende dar atendimento as necessidades de um todo. A administração pública pode ser melhor descrita, no artigo 37 da Constituição Federal, ao ser descrita como conjunto orgânico, ao falar em Administração Pública direta, indireta e fundacional dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Como atividade administrativa, quando determina sua submissão aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, da licitação e os de organização pessoal administrativo.

## **2.2 Programa de Ação Econômica do Governo – PAEG**

O PAEG foi elaborado e lançado visando um controle do processo inflacionário, combinado com a retomada do desenvolvimento econômico, desta forma pretendia-se combater a inflação sem quebrar o ritmo da atividade produtiva. A entrada do PAEG veio promover um conjunto de reforma que a partir da década de 1960 foram implantadas fazendo com que ocorresse uma reestruturação institucional dos mercados, financeiros e de capitais no Brasil.

O plano tinha como características principais:

1. Uma política de redução de déficit fiscal.
2. Uma política tributária destinada a fortalecer a arrecadação e a combater a inflação, corrigindo as distorções de incidência melhorando a orientação dos investimentos privados, bem como atenuando as desigualdades do sistema econômico.
3. Uma política bancária visando a fortalecer o sistema creditício, ajustando-o às necessidades de combater à inflação e de estímulos ao investimento.
4. Uma política de investimentos públicos destinados a fortalecer a infraestrutura econômica e social do País.
5. Uma política cambial e de comércio exterior com o fim de diversificar as fontes de financiamento e incentivar as exportações.



6. Uma política de consolidação da dívida externa e de restauração do crédito do País no exterior, de modo que fossem aliviadas as pressões de curto prazo sobre o balanço de pagamentos.

7. Uma política salarial compatível com a prioridade outorgada ao combate à inflação.

O PAEG tratou de reduzir o déficit do setor público, contrair o crédito privado e comprimir os salários. Buscou controlar os gastos dos Estados, ao propor uma lei que proibia que os mesmos se endividassem sem autorização federal. O reequilíbrio das finanças da União foi obtido através da melhora da situação das empresas públicas, do corte dos subsídios a produtos básicos como trigo e o petróleo, que eram importados a uma taxa de câmbio mais baixa, e do aumento da arrecadação dos impostos. As duas primeiras medidas produziram de início um impacto no custo de vida, pois foi necessário aumentar as tarifas de serviços de energia elétrica, telefones, etc. e elevar o preço da gasolina e do pão. Obteve-se o aumento da arrecadação de impostos por um melhor aparelhamento da máquina do Estado, que era muito defasada.

A introdução da correção monetária para o pagamento de impostos em atraso contribui também para que, pelo menos em parte, ser devedor do Estado deixasse de ser um negócio atrativo. O salário passou a ser controlado através de fórmulas de reajuste inferiores à inflação.

O governo liquidou um dos direitos mais valorizados pelos assalariados urbanos - a estabilidade no emprego após dez anos de serviço, garantida pela CLT. A fórmula não surgiu imediatamente, mas só em setembro de 1966, quando foi criado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), na prática em substituição à estabilidade. Ainda que a adesão ao fundo não fosse por lei obrigatória, ela tomou de fato esse caráter. Sem opção pelo FGTS passou a ser impossível obter emprego. O fundo é constituído por importâncias recolhidas mensalmente, na forma de um depósito bancário em nome do trabalhador.

A criação do fundo foi vantajosa para os empregadores, que passaram a contratar e dispensar seus empregados mais livremente. Além disso, em muitos casos, o núcleo de trabalhadores estáveis representa um pesado ônus, dificultando a modernização das empresas. Entretanto, o FGTS trouxe para o trabalhador consequências negativas. Além de ser corroído pela correção monetária abaixo da inflação e pelo não-recolhimento de parcelas, o dinheiro do fundo não compensa a perda da garantia de estabilidade. Os períodos de recessão econômica iriam demonstrar a importância dessa garantia.

### 2.3 Reforma Tributária de 1967

A eficácia do sistema tributário, já vinha sendo questionada desde o início da década de 60, o sistema da época encontrava-se defasado com relação às transformações econômicas sociais que ocorriam no Brasil. Fazer uma remodelagem do sistema arrecadador não era, suficiente para resolver a questão tributária, haja vista que a principal crítica à tributação era a pesada carga incidente sobre o setor produtivo, tanto devido o acúmulo de imposto de consumo como ao progressivo aumento do imposto de renda de pessoas jurídicas. Os principais objetivos desta reforma foram aumentar a arrecadação do Estado brasileiro, tentando melhorar os problemas, já ocorridos anteriormente, de déficit fiscal, procurando fazer com que ocorresse um crescimento econômico.

No final de 1963, foi criada a Comissão de Reforma do Ministério da Fazenda com a tarefa de reorganizar e modernizar a administração fiscal federal.

Após a Revolução de Março de 1964, a reforma tributária adquiriu impulso, posto que, como relata a Comissão, "passou a encontrar menos obstáculos institucionais e políticos, bem assim menos resistência por parte de interesses criados (...)" (Fundação Getúlio Vargas, 1967).

Um novo sistema tributário foi gradativamente implantado entre 1964 e 1966, dando prioridade para as medidas que, de um lado, contribuíssem de imediato para a reabilitação das finanças federais e, por outro lado, atendessem de modo mais urgente às reclamações, dos setores empresariais, sobre os altos valores dos impostos, que faziam parte da base política de sustentação do regime: a administração fazendária federal foi reorganizada; e o imposto de consumo foi reformulado dando origem ao imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

A Emenda Constitucional nº 18/65 que, devidamente alterada, incorporou-se ao texto da Constituição de 30 de janeiro de 1967 e o Código Tributário (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966) são os documentos legais que marcam o fim dos trabalhos desta reforma.

No mês de novembro de 1964, através da emenda constitucional 10, deixou de ser da competência dos municípios o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural, passando a ser de competência da União, fazendo com que ao município ficasse apenas a parte da receita apurada.

A Reforma Tributária de 1967 foi estruturada visando propiciar aos cofres públicos uma gama de recursos necessária para que o Estado obtivesse um melhor processo de

acumulação. Sendo assim o sistema tributário foi elaborado visando dar a União a capacidade de comandar todo o processo de crescimento.

A reforma em questão teve dois objetivos básicos, a diminuição e eventual eliminação do déficit fiscal da União, e desta forma melhorar a eficiência de sua administração, pretendendo desta maneira reduzir as evasões, ilegais ou não, ao pagamento de tributos; também pretendia ter um sistema tributário que fosse capaz de ser utilizado como fonte de incentivos, visando uma melhora nas políticas sociais e econômicas.

Com a Reforma Tributária de 1967, pode-se observar que:

- Os Estados e os Municípios perderam o direito de criar novos impostos. Somente à União foi outorgado esse direito e “desde que não tenham (os impostos novos) base de cálculo e fato gerador idênticos aos dos previstos nesta Constituição, . . . e que não sejam da competência tributária privativa dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. .“ (artigo 18 — § 5º);
- A União passou a contar com maior número de tributos e com os mais produtivos, em termos de arrecadação, e poderosos como instrumentos de política econômica ou social.
- A criação dos Impostos estaduais e do ISS municipal só aconteceram com a União colocando limitações; alíquotas como ICM passaram a ter suas tarifas máximas fixadas por resolução do senado.
- O imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) foi uma fonte de taxaço que acabou sendo transformada, devido a que antes da reforma em questão era cobrado cumulativamente. A legislação de 1967 estabeleceu que o ICM seria imposto sobre o valor adicionado com a mesma taxa para todos os bens, desta forma ocorreram remoções do incentivo à integração vertical e contribuiu para que o setor público obtivesse uma melhora na arrecadação dos recursos. Essas medidas proporcionaram a uma melhora em termos de receita total, com relação ao Produto Interno Bruto, PIB, que passou de 19,5% em 1964 para 31,7% em 1977.

Tabela 1

## DISTRIBUIÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

Antes da constituição de 67	Constituição de 67	Constituição de 1988
<b>1) Federais</b>	<b>1) Federais</b>	<b>1) Federais</b>
a) Imposto de Importação	a) Imposto ao Comércio Exterior (1)	a) Imposto s/ Importação
b) Imposto de Consumo	b) IPI	b) Imposto s/ Exportação
c) Impostos Únicos	c) Impostos Únicos	c) Imposto Territorial Rural
d) Imposto de Renda	d) Imposto de Renda	d) Imposto de Renda
e) Imposto sobre transferência de Fundos para o Exterior	e) IOF	e) IPI
f) Impostos sobre Negócios	f) Impostos Extraordinários	f) Imposto s/ crédito, câmbio, seguro etc.
g) Impostos Extraordinários	g) Outros (Transportes, comunicações, etc.)	g) Imposto s/ grandes fortunas
h) Impostos Especiais		
<b>2) Estaduais</b>	<b>2) Estaduais</b>	<b>2) Estaduais</b>
a) Impostos sobre vendas a varejo	a) ICM	a) ICMS
b) Impostos sobre Transmissão (2)	b) Impostos sobre Transmissão (2, 3)	b) Impostos sobre Transmissão (2)
c) Impostos sobre Expedição	-	c) IPVA
d) Impostos sobre Atos Regulados	-	d) Adicional do Imposto de Renda
e) Impostos Especiais	-	
<b>3) Municipais</b>	<b>3) Municipais</b>	<b>3) Municipais</b>
a) Imposto Territorial Rural	a) IPTU	a) Imposto Predial Urbano
b) Imposto de Transmissão (3)	b) ISS	b) Imposto s/ serviço de qualquer natureza
c) IPTU		c) Imposto s/ vendas de combustíveis líquido ou gasoso a varejo
d) Imposto de Indústria e Profissões		d) Impostos sobre Transmissão (3)
e) Imposto de Licença	-	
f) Imposto sobre Diversões Públicas	-	
g) Imposto sobre Atos de Economia	-	

Fonte: Giambiagi, Além (2000, p 245) Riani, (1997, p 194)

Elaborada por Marcus Vinícius Tortelote Saraiva

(1) Exportação e importação

(2) Causa-Mortis

(3) Inter-vivos

Antes da reforma de 1967 dos 20 imposto previstos inicialmente - 8 pertencem à União, 5 aos Estados e 7 aos Municípios. Com a reforma de 1967 os impostos foram reduzidos a 11 impostos sendo 7 pertencentes a união, 2 aos Estados e também 2 aos municípios. Com a entrada em vigor da constituição de 1988 o total de imposto chegou a 15 sendo 7 de âmbito federal, 4 a nível estadual e também 4 a nível municipal (ver tabela 1).

Conforme percebe-se na tabela 1, percebe-se que a União teve diminuído o número de impostos sob sua competência.

## **2.4 Reforma Tributária de 1988**

O sistema tributário criado pela Constituição de 1988, ao contrário do originado pela reforma da década de 60, elaborado por uma equipe técnica em gabinetes, foi elaborado através de um processo participativo em que os principais atores eram políticos.

A reforma tributária de 1988 tinha como principal característica uma maior descentralização de recursos entre as unidades de governo.

A Constituição Federal de 1988 fez com que ocorressem alterações significativas na distribuição da competência tributária entre as esferas do governo, fazendo com que os Estados e Municípios ficassem com oito impostos, e a União com sete.

Aos Estados foi delegado o direito de instituir impostos sobre:

- Transmissão de causa mortis e doação, de quaisquer bens e direito;
- Operação relativa à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação;
- Propriedade de veículos automotores e
- Adicional do que for pago à União por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas nos respectivos territórios, a título do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza, incidente sobre lucros, ganhos e rendimentos de capital.

E aos municípios, competiria estabelecer impostos sobre:

- Propriedade territorial e predial urbana;
- Transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou cessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como sobre a cessão de direitos a sua aquisição;
- Vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos, exceto óleo diesel
- Serviço de qualquer natureza

Existe atualmente forte tendência de não intervenção do Estado na economia, mesmo assim, ao Estado cabe um papel fundamental, na busca de adequado desenvolvimento, para o que necessita de requisitos materiais indispensáveis e suficientes. Entretanto, ao pretender-se

que a responsabilidade maior recaia cada vez mais na esfera dos governos municipais, dadas a sua proximidade à realidade local e, à possibilidade de melhor controle e fiscalização por parte da sociedade local. Deve-se privilegiar cada vez mais as instâncias municipais, principalmente, no que concerne ao recolhimento de tributos. Mesmo assim, a tendência centralizadora da União ainda é uma questão em aberto que sempre se justifica nas constantes variações pelas quais passa a economia em suas intermitentes crises. A reforma tributária sempre é uma questão de pauta que mobiliza as esferas de governo e as tendências centralizadoras e descentralizadoras do poder federal.

A reforma tributária proposta com a Constituição de 1988 caracteriza-se pela tendência descentralizadora e firmar o princípio de autonomia de Estados e Municípios. Entretanto, o texto constitucional não propõe grandes transformações no sistema tributário brasileiro e continua privilegiando a concentração de renda.

A ampliação do grau de autonomia fiscal dos Estados e municípios resultou de diversas alterações na tributação até então vigente: foi dada a atribuição aos Estados para fixar autonomamente as alíquotas do seu principal imposto, o ICMS (imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação), sucessor do ICM; eliminou-se o direito, atribuído pela Constituição anterior à União, de conceder isenções de impostos estaduais e municipais; e proibiu-se a imposição de condições ou restrições à entrega e ao emprego de recursos distribuídos àquelas unidades.

O Governo Federal resolveu adotar algumas medidas, pós-constituição, que tinham como meta enfrentar o agravamento do seu desequilíbrio fiscal e financeiro; foram adotadas algumas medidas que pretendiam atenuar suas perdas. Na área tributária foram elevadas as alíquotas dos impostos existentes e também foram criados novos tributos, como exemplo a criação da CPMF e o aumento na alíquota do Cofins.

A existência de um fundo de participação dos Estados na arrecadação da União e a maneira de rateá-lo, com obediência do artigo 161, II, da Constituição, que subordina os critérios deste rateio ao objetivo de promover o equilíbrio sócio-econômico entre os Estados é suficiente para evidenciar as desigualdades. A União arrecada muito mais em certas regiões que, proporcionalmente, têm participação menor no fundo. E, como foi dito, estes fundos são uma espécie de redistribuição de receita.

## 2.5 O Processo de Reforma Tributária nos Anos 90

Pouco tempo após a promulgação da Constituição Federal de 1988, já era necessária uma nova medida que enquadrasse as receitas tributárias no momento em que passava o País.

A Constituição de 1988, além de consolidar uma situação um tanto quanto desequilibrada do setor público, concentrou a insuficiência de recursos na União e não providenciou os meios, legais e financeiros, para que houvesse um processo ordenado de descentralização dos encargos. Por isso, tão logo ela foi promulgada, já se reclamava nova reforma do Estado brasileiro.

Verificou-se que, após 1989, além da dificuldade em ocorrer uma adaptação ao novo sistema tributário, a arrecadação foi prejudicada pelos índices expressivos alcançados pela inflação, chegando a 1.782% em 1989, a carga tributária tem superado os níveis alcançados nas décadas anteriores.

Houve, como previsto, uma mudança na distribuição das receitas entre os três níveis de governo. Desde o início da vigência do novo sistema tributário, a receita própria da União, foi inferior aos valores anteriormente alcançados; o crescimento da carga tributária ocorreu nos Estados e municípios, proporcionalmente mais nos municípios, onde a arrecadação quase dobrou em relação aos níveis históricos.

Em fevereiro de 1992, foi criada a Comissão Executiva para a Reforma Fiscal – CERF, que tinham como objetivo elaborar uma nova reforma tributária, sendo o mesmo concluído em julho de 1992, mas devido ao afastamento do Presidente Fernando Collor de Melo, o projeto ficou parado de 1993 a 1994.

Em 1995 com um cenário macroeconômico estável, devido ao Plano Real (1994), foi possível debater sobre as reformas tributárias necessárias sendo enviado ao Congresso Nacional em agosto de 1995 a Proposta de Emenda Constitucional 175-A. A proposta tinha uma abrangência mais restrita, ela visava mais o consumo no Brasil.

Mil novecentos e noventa e seis foi um ano em que o aumento nos gastos com as demais despesas correntes e de capital decorreu da necessidade de atendimento dos programas e projetos a cargo da União, especialmente nas áreas de saúde, cabendo destacar, no entanto, que os desembolsos estão sendo efetuados em consonância com os limites fixados pela legislação vigente. Mas, novembro de 1996 caracterizou-se pela significativa queda nas transferências aos Estados e Municípios, explicada pelos seguintes fatores: i) a Lei

Complementar nº 87/96 estipulava para outubro o repasse de R\$ 500 milhões, a título de antecipação do seguro-receita; ii) em novembro, em face do crescimento da receita do ICMS no corrente ano, em relação à arrecadação do período base, a sistemática de cálculo do ressarcimento constante da referida lei implicou o repasse de apenas R\$ 25,6 milhões, conforme discriminado pela Portaria nº 343, de 22/11/96, da Secretaria do Tesouro Nacional/MF.

Em 1997 o superávit primário do Governo Federal, segundo o conceito de Necessidades de Financiamento Líquido (NFL), atingiu R\$ 3,2 bilhões (0,36% do PIB), superando largamente o resultado de R\$ 206 milhões (0,02% do PIB) alcançado em 1996. Considerando os resultados nos últimos doze meses, pode-se observar a melhora contínua do saldo primário do Governo Federal, ao longo de 1997. A Receita do Tesouro, que respondeu por quase 70% da Receita Total, atingiu R\$ 112,0 bilhões, indicando um acréscimo em termos reais de 10,1% sobre 1996. É merecido um destaque para as receitas de concessão, para a banda B da telefonia celular, inexistentes no ano anterior, que acumularam R\$ 1,5 bilhão, e para recebimento de dividendos, contribuindo com R\$ 778 milhões. As receitas administradas pela Secretaria da Receita Federal – SRF, cresceram 8,5%, lideradas pela expansão da arrecadação do Imposto de Importação (+12,9%), do IOF (+22,7%) e do IRRF (+7,5%).

Em outubro de 1998 o Governo Federal lançou um pacote fiscal, cujas medidas nele contidas, previam uma economia de R\$ 28 bilhões para 1999, baseando-se no aumento de receitas, que se pretende gerar algo em torno de R\$ 15 bilhões.

O governo estimava que aproximadamente em torno de R\$ 8 bilhões seriam obtidos com cortes de despesas previstas no orçamento e R\$ 5 bilhões com resultados das reformas na Constituição.

Algumas medidas propostas neste pacote fiscal tiveram um impacto forte como, por exemplo: os servidores ativos e inativos com remuneração superior a R\$ 1.200,00 sofrerão uma tributação adicional de 20% sobre a parcela que exceder este valor e o aumento da alíquota da CPMF de 0,20% para 0,38%.

Também cabe salientar que os cortes de gastos, que não foram detalhados pelo governo, poderiam atingir a área social, dos cerca de R\$ 190 bilhões em gastos originalmente previstos, apenas R\$ 40 bilhões podem ser alterados pelo governo e R\$ 20 bilhões são despesas com saúde, educação, reforma agrária e assistência social.



Apesar da indefinida cobrança da Cofins das instituições financeiras, algumas medidas deverão colaborar com o aumento da receita, como por exemplo: todo o depósito judicial ou extrajudicial relativos a supostas dívida com a Receita Federal ou com o INSS serão repassados aos cofres do Tesouro Nacional, passando desta forma a integrar a receita do governo federal e devem pesar positivamente nos saldos das contas fiscais.

## **2.6 Responsabilidade Fiscal**

A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar

Segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal (ver site do Banco Central), as fontes de financiamento dos governos estaduais tendem a restringir as receitas tributárias, devido à restrição por parte da União de ser credora de operações de crédito junto aos governos subnacionais, como já a muitos anos o União sempre foi a principal fonte em se tratando de financiamento notou-se que no mínimo ocorrerão mudanças nas relações intergovernamentais.

## CAPÍTULO 3

### A ECONOMIA BRASILEIRA E A CATARINENSE<sup>4</sup>

Neste capítulo será exposta de uma forma simplificada a conjuntura econômica brasileira e catarinense.

Ao observarmos a economia nos anos 50, nota-se que essa década foi marcada com um PIB variando entre 4 e 7% nos cinco primeiros anos e em 1956 com o início das reformas institucionais, gerou uma grande transformação qualitativa no Estado, ressaltando neste ano uma queda no PIB para 2,90%, que foi logo recuperada nos anos seguintes.

Nos anos 60 ocorreram alguns fatos como a mudança da sistemática de arrecadação, priorizando a tributação sobre o valor agregado, em vez de em “cascata” ou “cumulativo”, redução do número de tributos, reformulação dos mesmos e de sua partilha federativa; fundamentação dos mesmos em conceitos econômicos; também foram criados dois impostos sobre o valor agregado de caráter não cumulativo que substituíram os antigos impostos em cascata: o imposto sobre produtos industrializados (IPI) – federal - e o imposto sobre circulação de mercadorias (ICM) – estadual -, mais tarde transformado no imposto sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS), criação dos fundos de participação com o objetivo de compensar a perda de capacidade tributária das esferas subnacionais resultante da reforma. Todas essas medidas contribuíram para que o PIB nacional mantivesse em uma média de 5,2%.

Na década de 70 ocorreu o lançamento do I e do II Plano Nacional de Desenvolvimento, nos anos de 1971/74 e 1975/79, essa década foi marcada por altos níveis no PIB obtendo uma média no período de 8,79%. Em 1973 quando o PIB nacional atingiu sua maior variação, no período analisado, chegando a 13,97% o mercado mundial foi atingido pela crise do petróleo.

---

<sup>4</sup> Capítulo baseado em Giambiagi e Além (2001), Matos (1973) e Goldsmith. (1986)

Os anos 80 são marcados por um período de desaceleração na atividade econômica, e foram marcados por uma grande instabilidade na taxa anual de crescimento. Neste período foram adotadas políticas econômicas recessivas, fazendo com que a economia sofresse uma adaptação às propostas previstas no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Isso fez crescer o consenso de que medidas de ajuste fiscal eram imprescindíveis. Contudo, após as tentativas de corrigir o desequilíbrio financeiro do setor público, inclusive com medidas de exceção, como, por exemplo, a apropriação de saldos bancários em 1990, ficou claro que o ajuste fiscal não é uma medida isolada implementada num único momento. Pelo contrário, trata-se de um processo de compatibilização entre receita e despesa das diversas esferas de governo que assegure, a longo prazo, a solidez econômica e financeira.

Felizmente, não se pode atribuir à falta de estabilidade política às dificuldades impostas ao crescimento econômico, tendo em vista que este período foi marcado pelo início do processo de redemocratização do País e que as instituições democráticas funcionaram razoavelmente bem, num processo de aperfeiçoamento e consolidação e, portanto, não se pode afirmar que a falta de estabilidade política tenha sido barreira ao desenvolvimento econômico.

Especificamente em Santa Catarina, o período foi marcado pela alternância no poder. Nesta descrição, daremos ênfase ao período posterior à implantação do Plano Real.

### **3.1 Desempenho da Economia Brasileira**

No período de 1950 a 2001, a economia brasileira teve uma variação média anual no PIB de 5,20%. Um desempenho que pode ser considerado aceitável se levarmos em conta desempenhos de períodos, como os da década de 80 e 90 quando o PIB atingiu taxa média de 3,02% e 1,80%, respectivamente.

As taxas anuais de inflação na década de 80 variaram em torno de 420% e no período entre 1990 a 1999 foram chegou a 697%, isso devido aos primeiros anos da década de 90. Com a inflação em patamares muito elevado, adotaram-se mecanismos de indexação que foram aplicados em praticamente todos os setores da economia, permitindo a convivência com ela. Todavia, estes mecanismos não atacavam suas causas verdadeiras. Esta técnica, no

entanto, evitou o colapso financeiro, porém não se conseguiu viabilizar o desenvolvimento econômico.

Na tentativa de acabar com os altos índices inflacionários, foram aplicados diversos planos de estabilização. Entre fevereiro de 1986 e julho de 1994, houve seis diferentes planos econômicos. O primeiro denominado Plano Cruzado, de 28 de fevereiro de 1986, aplicou o congelamento de preços e salários, fixados na média dos seis meses anteriores, acrescido um abono de 8%; corte de três zeros na moeda e mudança de nome de Cruzeiro para Cruzado; desindexação (fim da correção de valores para compensar a inflação, baseados em índices oficiais ou não); gatilho salarial quando a inflação acumulada atingisse 20%; tablita (fator de conversão utilizado para eliminar a expectativa de inflação embutida nas obrigações prefixadas), esse plano teve como objetivos atingidos por efeitos colaterais, o crescimento econômico e melhoria, num curto prazo, na estrutura da renda.

Em 20 de novembro de 1986, foi lançado o Plano Cruzado II, que determinava que a inflação passaria a ser calculada pelo IPC, que haveria uma minidesvalorização do Cruzado, aumentos de gasolina e álcool, automóveis, energia elétrica, correios, telefone, remédios, cigarros e bebidas, além de decretar o fim do BNH - Banco Nacional de Habitação.

Em junho de 1987, foi lançado o Plano Bresser, decretando o congelamento de preços e salários por 90 dias, extinção do gatilho salarial, indexação vinculada a URP (Unidade de Referência de Preços) dos preços e salários, além da instituição de uma tablita. Essas medidas procuraram combinar alguns ingredientes mais utilizados em choques heterodoxos, congelamentos, com medidas ortodoxas clássicas, na área fiscal e monetária.

Em 1989 foi lançado o Plano Verão, que estabelecia novamente o congelamento de preços e salários, corte de três zeros da moeda, mudança de nome de Cruzado para Cruzado Novo, salários seriam equivalentes à média dos últimos 12 meses, tablita, diminuição da indexação para obrigações a prazo inferior a três meses.

Em 1990, o País defrontou-se com o Plano Collor, que previa, mais uma vez, o congelamento de preços e salários, além do bloqueio dos ativos financeiros, tributação excepcional sobre ativos financeiros - IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), mudança do nome da moeda de Cruzado Novo para Cruzeiro e proibição de emissão de títulos ao portador.

Em 1991 entrou em vigor o Plano Collor II, que previa a extinção do “overnight”, a criação do FAF (Fundo de Aplicações Financeiras), apelidado de Fundão, a desindexação

com o fim do Bônus do Tesouro Nacional -BTN, tablita, congelamento de preços e salários e unificação das datas-base dos dissídios.

Em 1993, foi lançado o Plano de Estabilização, que sobretaxava em 5% todos os impostos federais, bloqueava em 15%, durante dois anos, o repasse de verbas para Estados e municípios, propunha reduzir em 22 bilhões e 100 milhões de dólares as despesas do governo, proibia a emissão de títulos para contrair novas dívidas, criação de um índice de correção dos principais preços da economia, que eram os juros, os salários, os aluguéis e produtos mercantis, liberação gradativa da venda de dólares, salários reajustados pela média dos últimos doze meses e nova moeda a ser criada na última fase do plano de estabilização.

Em 01 de julho de 1994 foi instituído o Plano Real, que está em vigor até os dias de hoje; para não fugir a regra, previa a desindexação salarial, além do arrocho no crédito, reduzindo os prazos nos consórcios, aumento das alíquotas de importação e do recolhimento do compulsório bancário, elevação da taxa de juros, intervenção nos bancos oficiais e posteriormente a criação de bandas cambiais.

O Plano Real, bem concebido e executado em alguns aspectos, produziu importantes resultados, especialmente no campo da inflação. Com o Real, aumentou-se o grau de abertura da economia, deu-se continuidade ao Programa de Privatizações e melhorou-se a transparência das contas públicas.

Mas, nos anos seguintes ao lançamento do Plano, o déficit permaneceu elevado e, na ausência de reformas estruturais, com tendência crescente.

Depois de forte recuperação da atividade econômica, nos seis primeiros meses seguintes ao Plano Real, a economia começou a desacelerar. No triênio 1996-1998, o crescimento médio anual foi de apenas 2%, tendo sido levemente negativo em 1998.

A combinação de política fiscal frouxa com âncora cambial exigiu a manutenção de juros reais elevados, produzindo deterioração contínua da relação entre dívida e PIB. Em janeiro de 1999, a economia não agüentou, obrigando o governo a flexibilizar sua política cambial. Após a mudança de regime cambial, vários aspectos positivos do desempenho da economia podem ser verificados, entre eles:

- Apoio do FMI, os recursos financeiros e a negociação de um programa de ajuste macroeconômico, importante para minimizar os efeitos desestabilizadores imediatos da desvalorização;

- Não houve nenhum abalo sobre o sistema bancário ou mesmo sobre o setor privado em geral. O maior impacto da desvalorização foi absorvido pelo próprio governo, facilitando a distribuição do ônus sobre a economia;
- A nova política cambial aumentou a eficiência da política macroeconômica, permitindo a queda dos juros reais e abrindo caminho para a melhoria gradual das contas externas.

A política cambial causou um efeito desastroso na economia pois teve um impacto imediato sobre o déficit público e a dívida, que tiveram acréscimos significativos.

A curto prazo, as finanças públicas foram também afetadas. Mas é necessário salientar que, a nova política cambial fez com que houvesse uma queda dos juros reais, melhorando as condições para estabilização da relação entre dívida e PIB, em um prazo mais longo.

A economia brasileira por ser uma economia instável, precisa ter uma forte política fiscal, porque é uma referência eficiente, a médio e longo prazo, para trazer estabilidade. Mas não se pode deixar de levar em conta que tanto a política monetária e a cambial podem também ser consideradas referências, lembrando-se que tem poder em se tratando de curto prazo.

O êxito do plano de estabilização, em termos da manutenção de reduzidas taxas de inflação, propicia o surgimento de uma nova realidade para a execução financeira e orçamentária.

Não se trata de fenômeno novo nem desconhecido. Tipicamente, ganhos reais de salários no setor público ocorrem no último ano de governo e impactam financeiramente o primeiro ano da nova administração. Estas, no entanto, são despesas passíveis de ajustamento por meio da própria inflação. Assim, são capazes de se situarem em patamares mais baixos em termos de PIB.

Finalmente, atualmente vem ocorrendo algo que é novo, as baixas taxas de inflação, a falta do lucro ganho através da inflação que anteriormente assolava o País, fazem com que ocorra uma melhora nas prioridades; futuramente poderão ser observados os reais efeitos sobre a economia em se tratando desse período de baixa inflação.

### **3.2 Desempenho da Economia Catarinense**

No período de 1950 a 2001, o Estado de Santa Catarina superou todos os entraves impostos pela União aos Estados.

Os anos de 1950 a 1955 apresentaram mostraram um desempenho nas receitas tributárias sempre com uma variação percentual acima de 90%, no decorrer do período, até 1964, foi de pouca expressão na área econômica, chegando a 65,65% da receita corrente em 1962.

Em 1964 ocorreu uma melhora em relação aos 7 anos anteriores chegando a 89,91% da receita corrente, isto foi decorrente das medidas de que o Governo Federal adotara.

Em 1967 ocorreu a introdução do Imposto de Circulação de Mercadorias – ICM, que veio em substituição ao Imposto de Vendas e Consignações – IVC.

A década de 70 foi uma era em que o País passava por uma fase diferente, teve o chamado milagre econômico, a crise do petróleo, mas a economia catarinense sempre manteve-se firme

O desempenho da economia catarinense tem apresentado em situação bastante favorável quando comparado com outros Estados. Índices como o crescimento do PIB, confirmam que o Estado é menos suscetível às crises que afetaram setores produtivos nacionais no período compreendido de 1985 a 1989. Neste Período Santa Catarina cresceu 18,52%, superior ao desempenho verificado no Brasil, posicionando-se em 2º lugar entre os Estados da região sul.

Não se pode deixar de observar que, a influência de ações de Governo tiveram no impacto da recessão que caracteriza a situação do País, foram tomadas medidas que fizeram com que ocorressem a criação de novas oportunidades de trabalho devido a criação de nova organizações e dentre essas medias podemos ressaltar o PRODEC – Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense, que tornaram possíveis novos investimentos no Estado, linhas de crédito para apoio à atividade de setores econômicos e organizações de todos os portes, através das instituições financeiras vinculadas ao Estado.

No plano Cruzado, 1986, houve certa normalização das atividades do Estado. Este período contribuiu para um melhor desempenho, devido à fiscalização popular, fiscalização esta que ao fazerem qualquer tipo de compra era exigida a nota fiscal. Mas o referido plano veio a desestabilizar-se no último trimestre de 1986, fazendo com que voltassem a ocorrer os altos índices de inflação, e todas as conseqüências já vistas anteriormente nos períodos inflacionários.

Em 1987, com o fim do Plano Cruzado, o Estado foi obrigado a adotar uma postura austera em relação aos gastos públicos, a obter ao final do exercício financeiro um superávit orçamentário, ficando o exercício de 1987 caracterizado como o período de saneamento das finanças públicas, repercutindo diretamente no perfil da dívida pública estadual. Cabe ainda ressaltar que a taxa do PIB apresentou uma substancial redução em função, principalmente, dos desequilíbrios e incertezas na condução das políticas econômicas nacional.

Mesmo com a implantação do “Plano Verão”, durante o exercício de 1989, Santa Catarina continua sofrendo com as conseqüências vividas pelo País, era uma situação em que o Governo Federal tratava o Estado com uma certa distância, caracterizado pela queda de receita relativa às transferências não compulsórias da União .

Contudo, os resultados apurados no Balanço Geral do Exercício apresentaram números positivos, evidenciando pela terceira vez consecutiva a austeridade imprimida pela administração.

O Plano Collor I, 1990, veio trazer uma grande recessão. Santa Catarina não escapou à regra geral e terminou o ano com um resultado ruim, apurado no Balanço Geral do Exercício, mas mesmo assim com desempenho superior ao do Brasil.

Em 1991, teve o “Plano Collor II”, foi marcado também por profundas modificações na estrutura organizacional do Poder Executivo, com reflexos operacionais na execução orçamentária, financeira e contábil dos órgãos e entidades governamentais extintos, transformados ou criados. Foram reduzidas de 20 (vinte) para 10 (dez) o número de Secretarias de Estado, de 8 (oito) para 6 (seis) as Autarquias, de 9 (nove) para 4 (quatro) as Fundações, de 22 (vinte duas) para 21 (vinte e uma) as Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista e extintas 2 (duas) Sociedades Cíveis, além da transferência ao município ou à iniciativa privada de 4 (quatro) empresas. Foram extintos, ainda, cargos comissionados, funções gratificadas e implantado um programa de revisão dos Processos de Agregação Salarial e o cancelamento imediato do pagamento de tais benefícios, o que acarretou grande demanda de ações judiciais, resultando inúmeras liminares em favor dos servidores. Contudo, tais medidas não evitaram que os exercícios financeiros de 1991, 1992, 1993 e 1994 encerrassem com números deficitários, conforme demonstrou o Balanço Geral do Estado de cada exercício.

Santa Catarina registrou o melhor desempenho entre os Estados da região sul, segundo os resultados obtidos no projeto contas regionais. A média anual de crescimento da



economia catarinense na década atingiu 3,24% e considerando o período compreendido pelo Plano Real, 1994 -1999, Santa Catarina registrou a média de 3,82%.

Ainda em 1994, as receitas tributárias obtiveram uma melhora expressiva, devido a implantação do Plano Real, o que mostrava a estabilidade, na época do novo plano de estabilização.

O quadro econômico desde a implantação do Plano Real, vem passando por significativas transformações. A estabilidade dos preços se apresenta com profundo sentido social, ao retirar o peso do imposto inflacionário daqueles que não podem se proteger. A economia catarinense cresce em relação ao ano anterior, e Santa Catarina, apesar de não ser um Estado em território e população o detentor de grandes números, ocupa um lugar de excelência no processo de desenvolvimento nacional, contribuindo com o setor industrial, ocupando a 5ª posição entre os Estados exportadores, o que representa 5,55% das exportações nacionais.

O desempenho da economia brasileira no período, de 1950 a 2001, proporcionou um comportamento favorável da arrecadação em nosso Estado. Esse patamar atingido pelo Estado se deve a arrecadação do ICMS. Mas variações no mercado mundial no decorrer destes cinquenta e um anos fizeram com que a receita tributária passasse por momentos ruins, e mais recentemente levando o Governo Federal a tomar medidas econômicas de ajuste, no sentido de restringir o crédito, especialmente com a redução dos prazos para financiamento e do aumento do compulsório sobre os depósitos bancários, que provocaram uma desaceleração nos negócios.

No âmbito do Programa de Desestatização e da Reforma do Estado, imposto pela União ao Estado de Santa Catarina como condição para a assinatura do contrato de refinanciamento da dívida e de abertura de crédito para o saneamento do conglomerado BESC e para a transformação do Banco de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina S.A – BADESC em agência de fomento, foi apresentado, em 1997, à Assembléia Legislativa, um Projeto de Lei que instituíra um Programa de Desestatização e Reforma do Estado de Santa Catarina. Entretanto, este não obteve aprovação. Mas, pouco foi feito para a obtenção de um Programa de Desestatização, à exceção do processo de privatização do Banco do Estado de Santa Catarina S.A , iniciado em 1999, com previsão de terminar no ano de 2000.

## **CAPÍTULO 4**

### **ANALISE DAS REFORMAS TRIBUTÁRIAS<sup>5</sup>**

Este capítulo abordará à análise dos impactos decorrentes das reformas tributárias de 1967 e 1988 nas Receitas Correntes no Estado de Santa Catarina.

Primeiramente, com base em informações extraídas das prestações de contas do Estado no período de 1950 a 2001, será analisado o desempenho da receita corrente, dando-se ênfase aos seus principais impostos.

Cabe esclarecer que no decorrer do período em questão, ocorreram algumas mudanças nos impostos, o Imposto sobre vendas e consignação – IVC, foi extinto em 1967, entrando no seu lugar o Imposto Sobre a Circulação de Mercadorias – ICM, que foi usado até o ano de 1995 quando passou a ser denominado de Imposto Sobre a Circulação de Mercadoria e Serviço – ICMS, sendo que este entrou em operação em 1989, o Imposto Sobre Propriedades de Veículos Automotores – IPVA foi criado em 1986, Imposto Sobre a Transmissão “causa mortis” e Doação de Bens e Direitos foi instituído a partir da promulgação da Constituição de 1988.

#### **4.1 Receita Orçamentária**

As receitas do País se compõem em dois grupos os da receita orçamentária e os da extra orçamentária. A análise deste trabalho encontra-se embasada nos valores, das receitas correntes, contidos na receita orçamentária.

As receitas orçamentárias são, portanto, as que fazem parte do orçamento público, levando-se em conta os valores compreendidos que serão apreciados na apuração do exercício financeiro, que, no Brasil, coincide com o ano civil.

---

<sup>5</sup> Capítulo baseado em Giambiagi e Além (2001), Riani (1997), e Filellini, (1994)

A receita governamental é analisada dando ênfase a origem de sua captação, sendo consideradas as receitas arrecadadas da capacidade de tributação do Estado, da prestação de serviços, da transferência da União, dos recursos repassados através de contribuição, contratos e convênio, bem como das operações de crédito, caracterizadas pelos empréstimos e financiamentos efetuados pelo Estado.

De acordo com o Decreto Lei 2.416, de 17.07.40, decreto lei este que passou a determinar como deveria ser a classificação das contas, que exerce uma função de controle dos orçamentos e balanços da União, Estados e municípios, a receita governamental era classificada em :

- Receita Corrente
- Receita Tributária
- Receita Patrimonial
- Receita Industrial
- Receita Extraordinária

As receitas extraordinárias são receitas eventuais, não permanentes, e não integram permanentemente o orçamento. São exemplos: doações, legados, indenizações, heranças vacantes e tributos extraordinários criados somente em circunstâncias excepcionais.

Com a promulgação da lei 4.320, artigo 11, de 17 de março de 1964, lei esta que passou a determinar as normas gerais do Direito Financeiro, que exerce uma função de controle dos orçamentos e balanços da União, Estados e municípios, a receita governamental é classificada em :

- Receita Corrente;
  - Receita Tributária
  - Receita Patrimonial
  - Transferências Correntes
  - Outras Receitas Correntes
- Receita de Capital

Esta classificação tem como objetivo, ressaltar fatores que possam servir para melhor avaliar o efeito econômico das transações do setor público.

A lei acima citada, teve uma alteração em, em 1990, onde a secretaria de orçamentos e Finanças da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República , atualizou a classificação das receitas.

As receitas correntes além de decorrentes da obrigatoriedade da população em manter o Estado através da tributação (impostos, taxas e contribuições de melhorias), originam-se ainda das receitas, patrimonial, industrial, de serviços, das transferências correntes, compreendendo participação em tributos federais, estaduais e outras receitas ditas correntes. Os recursos obtidos com este título, apenas aumentam o patrimônio não duradouro do Estado, isto é, se esgotam dentro do período anual, no decurso da execução orçamentária.

O Estado apresentou alteração nas suas receitas, bem como em sua composição, devido a mudanças na economia, que tinham como objetivo interromper o aumento dos preços, essa interrupção era visada através das implementações dos planos de estabilização que também pretendiam atuar nas modificações na política tributária e a repartição de recursos entre os três níveis de governo, Federal, Estadual e Municipal.

**Tabela 2 - Evolução da Estrutura da Receita Orçamentária em % – 1950 a 1964**

	R.C. <sup>6</sup>	R.T.	R.P.	R.I.	R.E.		R.C. <sup>6</sup>	R.T.	R.P.	R.I.	R.E.	T.C.	R.D.
1950	100,0	96,2	0,2	1,5	2,1	1957	100,0	77,4	0,5	0,9	21,2	-	-
1951	100,0	93,0	0,4	2,0	4,5	1958	100,0	77,9	0,1	1,0	20,9	-	-
1952	100,0	95,0	0,2	2,8	2,1	1959	100,0	74,2	0,4	1,0	24,5	-	-
1953	100,0	92,6	0,3	2,6	4,4	1961	100,0	70,9	0,4	0,7	28,1	-	-
1954	100,0	96,1	0,4	2,2	1,3	1962	100,0	65,7	0,3	0,7	33,4	-	-
1955	100,0	96,7	0,2	2,0	1,1	1963	100,0	65,8	0,2	0,5	28,0	-	5,5
1956	100,0	83,2	0,2	1,0	15,5	1964	100,0	89,9	0,1	0,2	-	6,7	3,0

Fonte: Elaborada com base no Anexo A

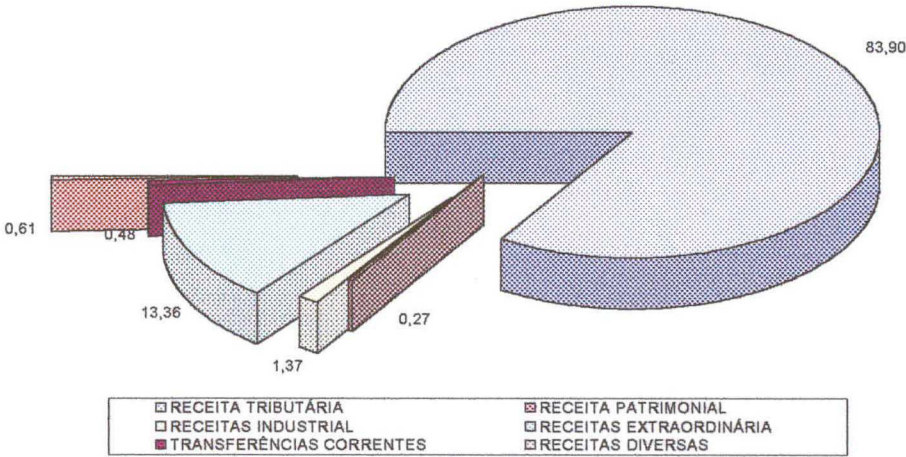
De acordo com o gráfico 1, suas relações mais destacadas são as seguintes: do total da receita corrente no período de 1950 até 1964, as receitas tributárias participaram em média com 83,90%, 13,36% ficaram com as receitas extraordinárias.

No período seguinte 1965 até 2001, gráfico 2, as receitas tributárias ficaram em média com 89,22%, 9,74% ficaram com transferências correntes.

Antes da reforma da década de 60 o ano de 1962 foi o que apresentou, em termos percentuais, a menor receita tributária, alcançando o patamar mais baixo, atingindo 65,65% e em 1955 as receitas tributárias chegaram a atingir um patamar de 96,69% das receitas correntes (ver tabela 2)

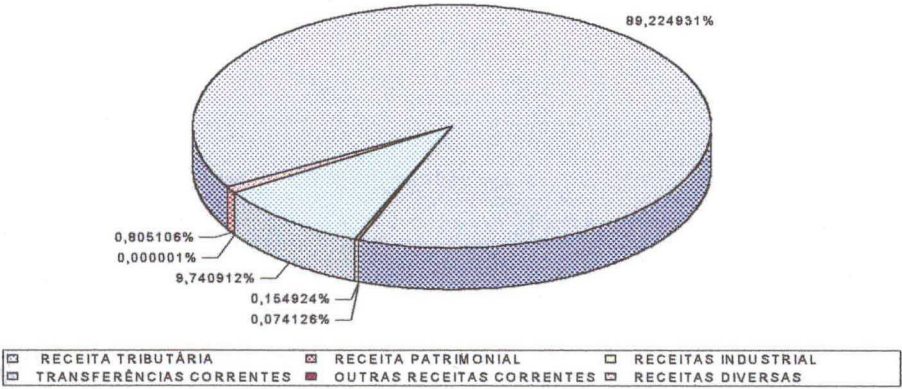
<sup>6</sup> As receitas correntes estão com 100% devido que, de 1950 até 1964 não existia receita de capital

Gráfico 1 - Composição média das receitas correntes 1950 - 1964



Não se pode esquecer que na composição da receita orçamentárias estão computadas as receitas correntes, encontram-se o ICMS, que é a principal fonte de recursos do Estado (ver gráfico 2).

Gráfico 2 - Composição média da receita corrente 1965 - 2001



No período após 1965 as receitas tributárias mantiveram uma média de 83% da receita corrente, tendo como maior valor obtido em 1968 com 94,4% e seu pior desempenho foi em 1988 chegando a 70,6% (tabela 3).



Tabela 3 - Evolução da Estrutura da Receita Orçamentária em % – 1965 a 2001

	1965	1966	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974
Receita Corrente	94,1	99,0	92,3	72,3	85,2	90,4	79,5	76,7	88,5	85,1
Receita Tributária	89,2	89,3	85,6	94,4	93,4	92,6	92,8	90,7	90,0	89,0
I. P. R.	-	-	-	0,9	0,8	0,6	0,7	0,7	1,1	1,1
I.P.C.	52,4	55,1	90,2	93,8	94,2	94,5	92,5	94,4	97,1	97,1
Taxas	37,0	40,2	5,5	4,7	4,8	4,8	6,9	4,9	1,9	1,7
Receita Patrimonial	0,1	-	0,2	0,4	0,7	0,6	0,5	1,9	1,8	1,2
Receita Industrial	0,2	0,1	-	-	0,1	-	-	-	-	-
Transferências Correntes	9,7	10,1	12,1	1,2	1,1	3,4	3,5	4,0	4,7	5,8
Receitas Diversas	0,8	0,5	2,1	4,0	4,7	3,3	3,1	3,4	3,5	4,0
Receitas de Capital	5,9	1,0	7,7	27,7	14,8	9,6	20,5	23,3	11,5	14,9
	1975	1976	1977	1978	1979	1980	1981	1982	1983	1984
Receita Corrente	65,7	71,1	76,9	65,1	77,8	81,4	69,2	68,0	69,3	81,5
Receita Tributária	90,5	87,4	88,9	88,2	85,7	90,1	88,3	91,3	84,5	82,9
I. P. R.	1,2	1,3	1,1	1,1	1,1	1,0	0,6	1,6	1,5	1,0
I.P.C.	96,9	96,8	97,1	97,2	97,5	98,0	98,2	97,4	97,6	98,3
Taxas	1,9	2,0	1,8	1,7	1,4	1,0	1,2	1,0	0,9	0,7
Receita Patrimonial	1,1	1,3	0,5	0,7	0,3	0,4	-	0,2	-	-
Transferências Correntes	5,6	8,9	8,0	7,2	6,9	5,3	7,4	5,9	9,7	12,0
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-	-	-	-	5,7	5,1
Receitas Diversas	2,8	2,4	2,6	3,9	7,0	4,3	4,2	2,5	-	-
Receitas de Capital	34,3	28,9	23,1	34,9	22,2	18,6	30,8	32,0	30,7	18,5
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994
Receita Corrente	91,5	91,2	80,5	83,0	81,9	90,0	94,9	87,2	96,5	82,9
Receita Tributária	87,0	86,0	80,2	70,6	70,9	80,7	81,0	79,1	70,7	76,2
I. P. R.	1,0	1,2	1,2	1,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
I.T.B.I	-	-	-	-	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
I.P.V.A	-	2,1	3,2	1,6	1,1	2,7	2,7	3,4	3,2	3,4
I.P.C.	98,3	96,0	95,3	97,0	97,7	95,9	96,0	94,9	95,2	95,8
Taxas	0,7	0,7	0,3	0,3	0,7	0,5	0,5	0,6	1,1	0,6
Receita Patrimonial	0,0	0,0	0,0	0,1	0,5	0,1	0,1	0,9	9,7	4,7
Transferências Correntes	10,0	12,2	13,8	17,2	11,0	16,1	16,4	13,8	17,7	15,3
Outras Receitas Correntes	3,0	1,8	5,9	12,1	17,6	3,1	2,5	6,2	2,0	3,9
Receitas de Capital	8,5	8,8	19,5	17,0	18,1	10,0	5,1	12,8	3,5	17,1
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001			
Receita Corrente	93,3	72,8	84,9	96,9	91,0	72,7	98,9			
Receita Tributária	79,9	75,9	73,4	73,0	77,8	79,1	80,2			
I.T.B.I	0,3	0,3	0,4	0,3	0,3	0,2	0,2			
I.P.V.A	4,1	4,4	5,1	6,1	5,2	5,6	5,4			
I.P.C.	94,4	95,2	94,4	93,5	94,3	91,8	92,3			
Taxas	1,1	0,1	0,1	0,1	0,1	2,3	2,0			
Receita Patrimonial	1,1	1,1	3,3	4,1	0,4	0,5	0,9			
Transferências Correntes	17,1	18,5	18,7	19,5	19,6	18,5	17,0			
Outras Receitas Correntes	1,8	4,5	4,6	3,3	2,2	1,8	1,9			
Receitas de Capital	6,7	27,2	15,1	3,1	9,0	27,3	1,1			

Fonte: Elaborada com base no Anexo B

Através da análise dos dados do anexo B, observa-se que, mesmo com a evolução da receita corrente nos anos seguintes a 1991, as receitas tributárias, são capazes de referenciar a expansão ou a retração das atividades produtivas, continuaram caindo nos anos de 1992 e 1993, recuperando-se um pouco no ano de 1994, mas só em 1995 é que são alcançados os níveis da receita tributária obtidos em 1990, coincidindo com a entrada em vigor do Plano Real.

As receitas correntes, são basicamente mantidas através da obrigação social do cidadão de contribuir para a manutenção do Estado, correspondem a quase a totalidade dos recursos do tesouro arrecadados pelo Estado de Santa Catarina para executar as funções que lhe compete. Nas receitas correntes destacam-se as receitas tributárias, que se relacionam com as modificações internas da riqueza e medem a dimensão do processo arrecadador do Estado.

4.2 O Impacto

Ao se analisar a economia catarinense no decorrer destas cinco décadas, percebe-se que a base da receita corrente está na receita tributária onde o ICMS é responsável pela maioria da arrecadação, mantendo uma média de 93% da arrecadação estadual.

Na primeira parte, 1950 a 1964, gráfico 3 e tabela 2, as receitas orçamentárias eram compostas somente das receitas correntes, desta maneira as alterações ocorridas eram imediatas, devido serem oriundas das obrigações dos consumidores.

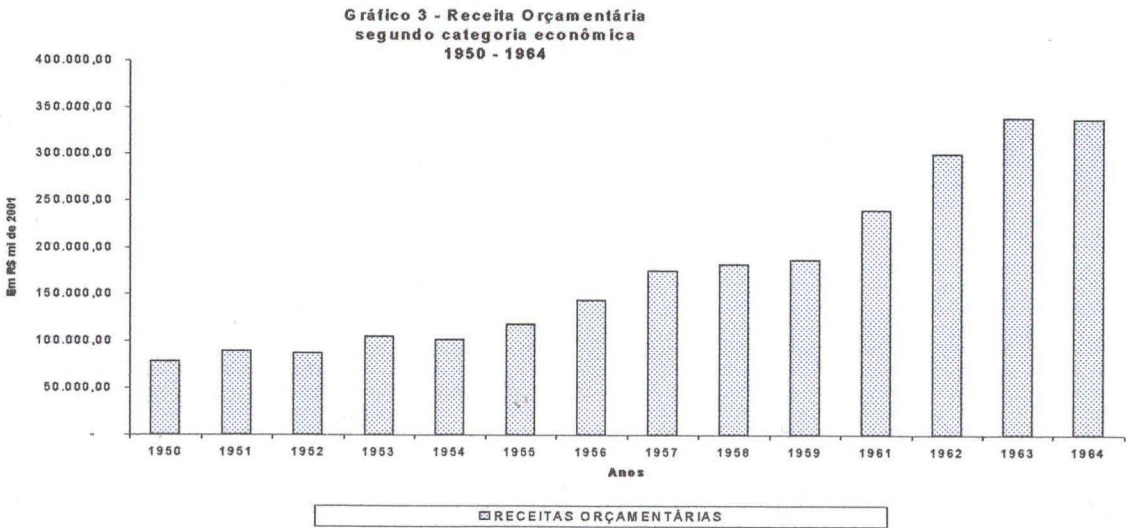
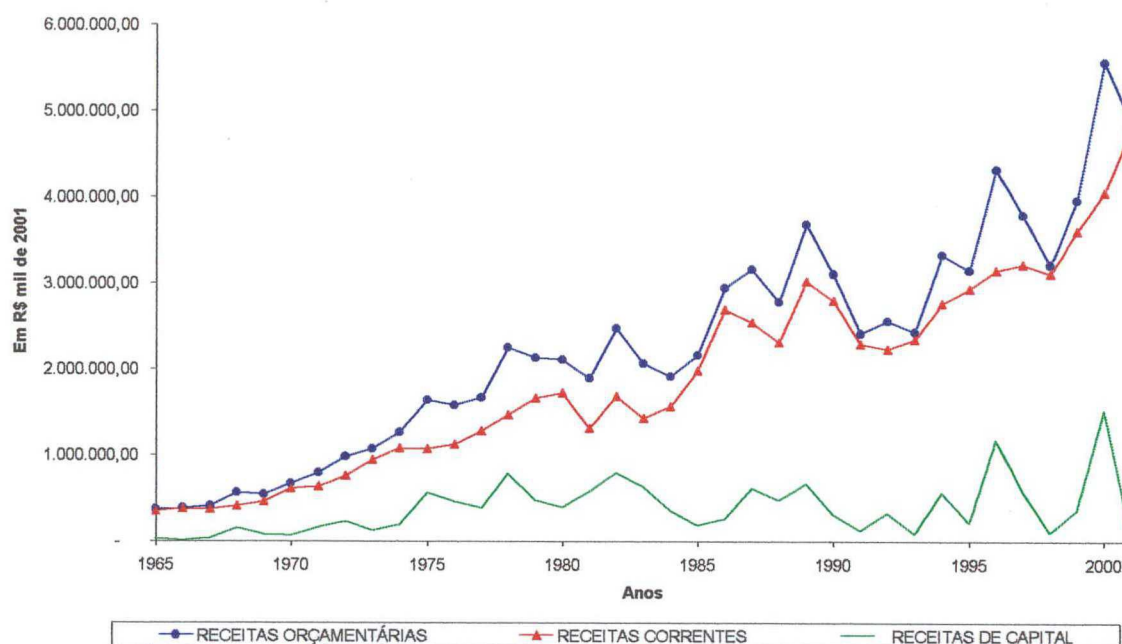




Gráfico 4 - Receita Orçamentária segundo categoria econômica 1965 -2001



No período compreendido entre 1950 e 1964, na época o IVC conforme, gráfico 5, manteve uma média de R\$ 109.000.000,00 equivalente a 79,85% da receita corrente, sendo que no ano de 1956 teve sua maior arrecadação atingindo R\$ 104.102.378,12 equívulendo à 87,28% da receita corrente, em 1964 tendo seu pior desempenho com uma arrecadação de 53,16% correspondendo a R\$ 161.009.791,41, a arrecadação em 1964 foi 60,91% menor que o de 1956. Essa queda pode ser explicada devido a precariedade do sistema tributário, haja vista que no ano seguinte através da emenda constitucional nº. 18 de 01/12/1965, foi dado início ao novo projeto de reforma tributária, para fazer frente à crise econômica e política que o País atravessava, formava-se uma consciência da necessidade de reorganização de quase todos os setores da vida nacional, de "reformas de base". Neste contexto, a reforma tributária era vista como prioritária não só para resolver o problema orçamentário como para prover os recursos necessários às demais reformas.

Nessa época também deve-se ressaltar o crescimento das receitas extraordinárias onde em 1955 atingiu seu pior desempenho no período acima citado, chegando a 1,10% da receita corrente, recuperando-se e chegando a um desempenho bem superior ao citado, chegando a 33,40% da receita corrente em 1962 (ver tabela 3).

No período de 1965 a 2001 manteve-se o mesmo diagnóstico, ou seja, arrecadação do Estado era baseada praticamente no Imposto sobre Produção e Circulação, arrecadação média era em torno de 90% (ver gráfico 6 e tabela 3). Também deve-se observar a acentuada



elevação nas taxas a partir de 1961, esse crescimento se deve a entrada de nova variáveis, como Taxa de educação e saúde item b e taxa de fiscalização de obras e equipamentos, essas duas contas contribuíram para que os valores monetários das taxas passassem de R\$ 3.104,64 em 1961 para R\$ 114.822,11 em 1964.

Gráfico 5 - Principais impostos da receita tributária de 1950 - 1964

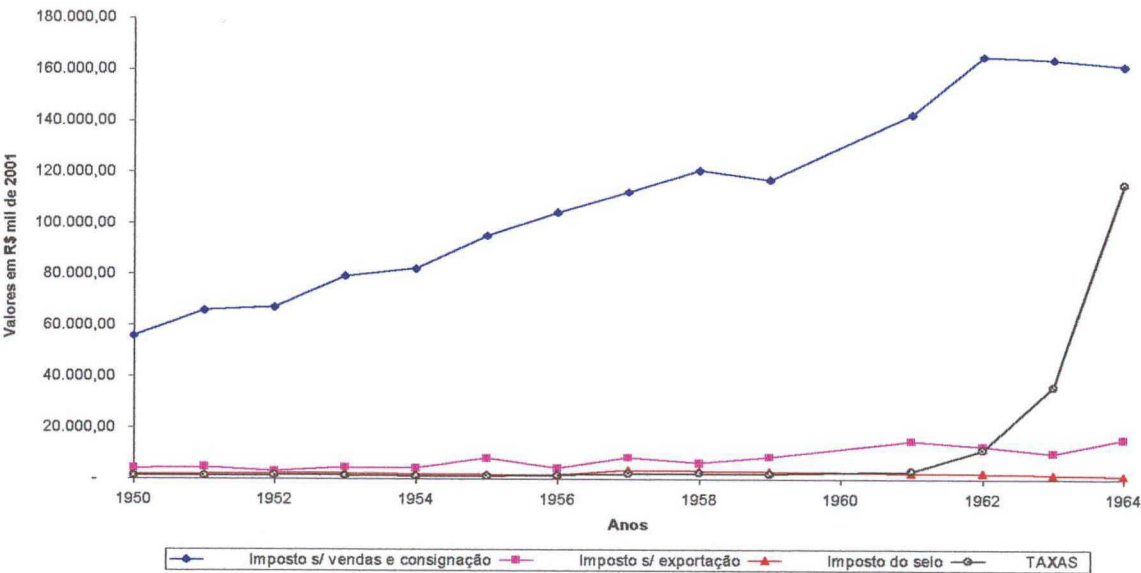
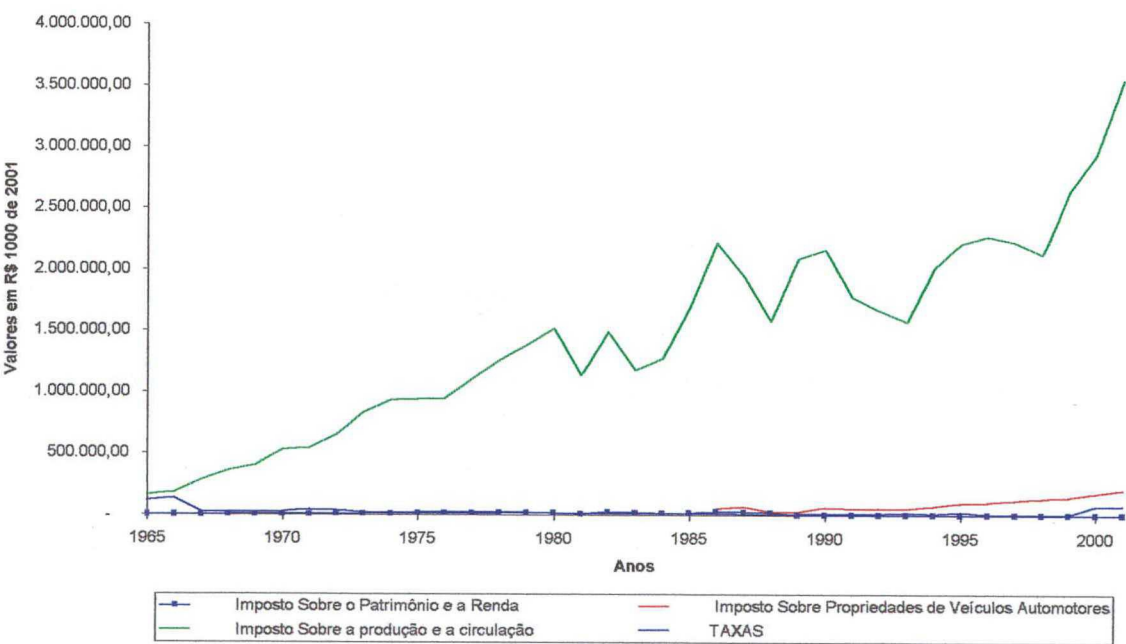


Gráfico 6 - Principais impostos da receita corrente de 1965 - 2001



A reforma de 1967, previa, que os Estados e municípios tivessem recursos suficientes para desempenhar suas funções sem gerar qualquer incomodo no processo de

crescimento, principalmente através da arrecadação do ICM – Imposto sobre operações relativas à Circulação de Mercadorias e de um sistema de transferências intergovernamentais, que garantia receita para as unidades cuja capacidade tributária fosse precária.

Para ter certeza da não-interferência das unidades subnacionais na definição e controle do processo de crescimento, o seu grau de autonomia fiscal precisava ser severamente restringido. Deste modo, foi previsto um limite imposto ao Estado para legislar em matéria relativa ao ICM, de modo que o imposto gerasse arrecadação sem que pudesse ser usado como instrumento de política; e os recursos transferidos foram, em parte, vinculados a gastos compatíveis com os objetivos fixados pelo governo central.

Após a reforma de 1967, o Estado sofreu restrições ao seu poder de tributar. Desta maneira as transferências da União para os Estados sofreram o mesmo processo que o ICM, foram restringidas. O Ato Complementar nº 40/68 reduziu, de 10% para 5%, os percentuais do produto da arrecadação do IR e do IPI destinados aos Fundos de Participação dos Estados e dos Municípios (FPE e FPM), respectivamente. Logo depois, foi criado o Fundo Especial (FE), cuja distribuição e utilização dos recursos eram inteiramente decididas pelo Poder Central, destinando a ele 2% do produto da arrecadação daqueles tributos.

Também com a reforma de 1967 foi redefinida a competência tributária, deste modo Santa Catarina, perdeu o Imposto de Exportação, visto que é da competência da União a responsabilidade de estimular o comércio exterior; Santa Catarina passou arrecadar dos municípios catarinenses sobre a Transmissão de Bens Imóveis “inter vivos” que juntamente com o Imposto de Transmissão de Bens “causa mortis” passou a constituir o Imposto de Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles relativos.

Os anos 70 foram muito proveitosos para o Estado de Santa Catarina, o Imposto sobre Produção e Circulação começou a ter uma elevação, gráfico 6, sua arrecadação foi bem acentuada, fazendo com que a economia sofresse um impulso,

A década de oitenta foi um período difícil para o Brasil, o PIB nacional tinha variações preocupantes, chegando a índices negativos (ver anexo E), as indústrias no Estado passaram por momentos críticos, o momento em que o País passava pode ser percebido também na arrecadação do IPC, que ficou em média R\$ 1.610.771.839,44 que passou por algumas variações no período, tendo como maior arrecadação em valores percentuais o ano de 1987, chegando R\$ 1.691.286.799,21 equivalente a 98,30% da receita corrente (ver tabela 3 e anexo B).

Os anos 80 foram marcados por profundas crises econômica, política e social, que levaram à sua caracterização como a "década perdida". Durante o período, os efeitos da crise do petróleo se fizeram sentir, notadamente com a elevação das taxas de juros internacionais em 1982 e a moratória mexicana no mesmo ano.

No campo político e social, a ditadura militar demonstrava claros sinais de esgotamento. Sem conseguir manter as altas taxas de crescimento da década anterior e lutando contra a inflação e o desemprego crescentes, o governo tornava-se cada vez mais impopular. Manifestações populares a favor da abertura política tornavam-se cada vez mais frequentes.

Na década de 80, o restante do mundo experimentava o início da onda neo-liberal, capitaneada pelos governos Reagan, nos Estados Unidos, e Thatcher, na Inglaterra. As políticas neo-liberais propunham a redução do intervencionismo estatal na economia, na crença em que o mercado estaria suficientemente amadurecido para resolver seus próprios problemas; essa concepção de Estado também influenciou negativamente o planejamento governamental.

A descentralização de recursos entre as unidades de governo foi a principal característica da reforma tributária de 1988. Tal fato foi fruto das condições políticas da época, na qual o governo federal estava politicamente bastante enfraquecido. Aproveitando essa fragilidade, Estados e Municípios se organizaram e conseguiram aprovar mudanças que levaram apenas a uma participação maior dessas esferas de governo no montante dos recursos fiscais arrecadados no país. Santa Catarina obteve uma melhor redistribuição de recursos, apesar de que a União ainda era uma das principais fontes de recursos.

O início dos anos noventa, foi um período conjuntural adverso vivido no País, as diversas medidas econômicas, lançadas pelo Governo Federal retrataram uma realidade muito diferente da prevista no final da década de oitenta, as medidas adotadas mais a desaceleração da atividade federal e estadual, fez com que ocorresse um processo recessivo acentuado, apresentando resultados ruins persistindo até a entrada do plano real em 1994.

As receitas tributárias de Santa Catarina, apresentaram quedas no período de 1990 a 1993, decorrentes das medidas propostas nos planos econômicos, o plano Collor I e II provocaram mudanças na estrutura organizacional do poder executivo, uma grande recessão que, obviamente, repercutiu em Santa Catarina, mesmo assim continuou fazendo com que as receitas correntes continuassem como sendo a principal fonte mantenedora do Estado, no que se refere a impostos, esse referência em impostos foi devido a supremacia do ICMS.

Com os altos índices inflacionários na época (ver anexo D), acarretou uma perda salarial, fazendo com que a receita tributária mantivesse um projeção negativa, vindo a recuperar-se em 1994 com a entrada do plano real.

A partir de 1994, observa-se que a economia sofreu um impulso, a inflação reduziu de 2708,60% em 1993 para 1093,80% em 1994, essa redução na inflação proporcionou uma certa melhora no poder de compra.

No ano de 1996, levando em conta as medias econômicas adotadas, pelo Governo Federal, como restrição ao crédito, reduzindo prazos de financiamentos, provocam a elevação dos juros, restringindo em parte o consumo, principalmente de bens duráveis, representando um grande reflexos na atividade econômica, combinado com um volume de vendas reduzido no comércio e indústria, fez com as receitas tributárias tivessem uma redução em sua arrecadação, conforme tabela 3.

A política de juros altos provoca o aumento da inadimplência dos contribuintes, as altas taxas de juros do mercado funcionaram como estimulante para a pratica da inadimplência, ou seja, as empresas obtinham vantagens através do não pagamento do ICMS.

No final da década de 90 os níveis de inflação estavam muito abaixo dos praticados até a entrada do plano real, em 1998 chegou ao valor de 1,70% ao ano (ver anexo D ), o valor atingindo em 1998 foi o menor atingido durante o período estudado.

Nos anos 90 o IPVA teve uma aumento de 41,79%, variando de R\$ 61.052.609,01 em 1990 para R\$ 146.077.624,70 em 1999, esse aumento na arrecadação do IPVA, significa um aumento na frota de veículos no Estado, descartando os possíveis aumentos com relação a variações nas alíquotas referentes aos modelos de veículos.

As receitas correntes no período de 1950 a 1967, em dezessete anos, cresceram em média 10,82%, sendo que deste percentual só o Imposto sobre Produção e Circulação teve uma elevação na arrecadação de 12,36%.

Se observarmos que no período de 1968 a 1988, um período de 20 anos, as receitas correntes cresceram 12,76% e novamente o Imposto sobre Produção e Circulação foi o principal imposto, gerando uma elevação de 12,72% em termos percentuais é ligeiramente maior que a do período anterior, essa pequena elevação, apesar do período ser três anos a mais, deve-se aos momentos políticos pelos quais o país passava.

Ao se analisar o período final 1989 a 2001, apesar de ser o menor período somente 12 anos, observamos que as receitas correntes obtiveram um crescimento de 4,61%, muito baixo, e como o Imposto sobre Produção e Circulação é o principal alicerce da receita corrente, ele, não podia ficar atrás teve um crescimento médio de 5,34%, esses valores obtidos nos últimos 12 anos deveu-se as instabilidades políticas.

## CONCLUSÃO

A presente análise dos impactos das reformas tributárias no Estado de Santa Catarina, analisando os principais impostos da receita corrente no período em questão, procura determinar a dimensão para o Estado do real comprometimento das reformas.

Atualmente, com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o Estado ficou sem seu principal aliado com relação a financiamento, ou seja a União.

Constatou-se que o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que desde da época do IVC até hoje é a principal fonte geradora de impostos para o Estado, contribuindo em média com 73,28% da receita orçamentária.

No decorrer dos anos de 1950 a 2001, que foi o período analisado, o governo federal interferiu algumas vezes na economia, tentando conter a inflação, foram diversos planos de estabilização, que tinham pouca eficiência, ou uma eficiência não muito duradoura, com exceção do Plano Real que reduziu a inflação a níveis, não atingidos pelo menos no período analisado, chegando a um percentual de 1,70%, segundo a FGV, em 1998 (ver anexo D).

A inflação média no período, 1950 – 2001, foi de 235%, a população teve seu poder de compra enfraquecido no decorrer do tempo, devido ao poder de “corrosão” da inflação acarretando uma redução no consumo, prejudicando em alguns momentos o percentual em relação a receita orçamentária, que ficou em média em torno de 64%.

A reforma de 1967 foi formulada de modo que a União tivesse capacidade de comandar todo o processo de crescimento, e como pode ser visto nos gráficos e tabelas no decorrer deste trabalho, com a criação do ICM e duas décadas depois pelo ICMS se tornaram impostos de caráter não cumulativo, substituiu o antigo imposto que incida sobre vendas e consignações. O ICM passou a ter uma alíquota uniforme, desta forma não interferia na alocação de recursos e investimentos favorecendo a desoneração das exportações e dificultando uma competição estadual.

Os valores obtidos neste trabalho revelam que as mudanças ocorridas em 1988 resultaram apenas em uma descentralização maior dos recursos fiscais em favor dos Estados. A ampliação do grau de autonomia fiscal dos estados resultou de algumas mudanças fundamentais nas regras de tributação até então em vigor. Em primeiro lugar, atribuiu-se competência a cada um dos estados para fixar autonomamente as alíquotas do seu principal imposto, o ICMS. Em segundo lugar, a União perdeu o direito de conceder isenções de

impostos estaduais, além de passar a ser proibida de impor condições ou restrições à entrega e ao emprego de recursos distribuídos àquelas unidades subnacionais

Como a entrada da Lei de Responsabilidade Fiscal, os dispêndios com gastos com contratos temporários ficaram obrigados a serem contabilizados como “outras despesa de pessoal”, devendo enquadrar-se também dentro do limite de 60% da Receita Corrente Líquida.

As expectativas assumidas no decorrer do período, expectativas essas pessimistas ou não, formuladas em função do impacto da crise financeira internacional sobre a economia brasileira, fizeram com que ocorresse alterações importantes na política cambial e monetária, bem como no empenho do governo federal no efetivo controle das contas públicas, objetivando a continuidade da estabilidade econômica, fundamental no processo de crescimento econômico.

O problema de ocorrer em alguns setores da economia uma certa diminuição em relação a arrecadação do ICMS é atribuída aos consumidores por não perceberem o tamanho da responsabilidade em relação a obtenção ou não da nota fiscal, sentenciando o Estado desta forma a uma redução, não em valores percentuais, mas em valores reais de uma arrecadação melhor.

Entretanto, não é suficiente promover um combate sistemático à sonegação e cobrar impostos já existentes, para termos um sistema tributário mais ágil, simplificado e sobre tudo progressivo.

A discussão sobre reforma fiscal é muito difícil, não apenas devido a sua complexibilidade técnica, mas principalmente porque mexe com interesses poderosos, consolidados a muito tempo, e que já estão mobilizados para defender e até ampliar seus privilégios.

Como sugestão fazer um estudo do modelo econométrico da conta corrente no Estado de Santa Catarina.

## ANEXO A

## SANTA CATARINA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES 1950-1964

Especificação	1950	1951	1952	1953
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Receitas Correntes	235.900.807,80	312.190.247,60	341.048.482,50	470.516.453,10
Receita Tributária	226.962.585,50	290.394.244,40	323.904.583,10	435.865.987,00
Impostos	223.412.409,70	286.112.348,20	318.223.387,10	429.586.043,40
I.T.	10.574.927,60	10.917.466,80	14.833.848,10	15.176.903,10
I.T.P. "Causa Mortis"	1.610.613,20	2.524.644,90	2.789.187,30	2.865.125,20
I.T.P. "Intervivos"	9.470.679,70	15.233.721,90	17.166.082,40	21.741.277,40
I.P.C.	168.319.088,00	230.625.781,30	262.997.575,90	355.629.803,60
I.V.C.	168.319.088,00	230.625.781,30	262.997.575,90	355.629.803,60
I.Exp.	11.997.261,00	16.026.076,60	11.824.940,10	20.141.244,70
Imp. Ind. Prof.	12.487.588,30	0,00	0,00	0,00
Imp. do Selo	5.297.166,10	6.809.632,30	8.611.753,30	9.408.379,90
Imp. de Selo Est.	5.297.166,10	6.809.632,30	8.611.753,30	9.408.379,90
Imp. Tab. Derivados	1.192.092,60	1.292.388,60	0,00	1.551.959,30
Imp. Beb. Alcoólicas	2.462.993,20	2.682.635,80	0,00	3.071.350,20
Taxas	3.550.175,80	4.281.896,20	5.681.196,00	6.279.943,60
Tx Ass. Seg. Social	2.194.625,30	2.702.482,90	4.022.618,00	4.367.918,80
Tx Educ. Saúde - A	2.193.915,30	2.679.340,90	4.022.573,00	4.364.670,20
Tx Expediente	710,00	23.142,00	45,00	3.248,60
Tx Emol. Custas Jud.	811.305,80	1.170.880,80	1.270.968,90	1.465.959,90
Tx Judiciárias	793.868,80	1.146.996,30	1.262.031,60	1.452.925,00
Emol. Títulos Terras	17.437,00	23.884,50	8.937,30	13.034,90
Tx Fisc. e Serv.S Div.	544.244,70	408.532,50	387.609,10	446.064,90
Tx Metragem	91.673,20	58.500,00	45.958,20	54.457,60
Tx Clas. Prod. Veg.	0,00	350.032,50	341.650,90	391.607,30
Tx Clas. Fumo	305.431,30	0,00	0,00	0,00
Tx Clas. Far. Mand.	147.140,20	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	428.308,40	1.308.178,60	696.285,20	1.416.123,50
Receitas Industrial	3.568.033,00	6.353.543,70	9.384.297,70	12.382.687,60
Receitas Extraordinária	4.941.880,90	14.134.280,90	7.063.316,50	20.851.655,00

Continua

## ANEXO A

## SANTA CATARINA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES 1950-1964

Continuação

Especificação	1954	1955	1956	1957
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Receitas Correntes	578.477.310,10	783.228.418,10	1.141.842.270,10	1.592.014.356,00
Receita Tributária	556.156.860,90	757.273.297,60	950.235.860,50	1.232.772.566,20
Impostos	549.812.229,40	749.784.226,00	939.549.524,40	1.214.151.579,40
I.T.	15.195.474,50	16.059.997,50	18.567.725,00	24.080.236,60
I.H.L.	3.464.445,40	6.406.993,50	6.283.364,80	0,00
I.T.P. "Causa Mortis"	0,00	0,00	0,00	6.608.039,80
I.T.P. "Intervivos"	0,00	0,00	0,00	52.122.832,30
I.T.P.	24.471.766,00	27.359.606,10	36.206.772,30	0,00
I.P.C.	468.655.442,90	631.228.415,70	829.321.173,60	1.018.619.293,90
I.V.C.	468.655.442,90	631.228.415,70	829.321.173,60	1.018.619.293,90
I.Exp.	23.542.684,20	52.896.284,10	32.686.641,20	74.841.399,30
Imp. do Selo	9.730.549,00	11.078.464,90	11.154.188,40	31.465.332,80
Imp. de Selo Est.	9.730.549,00	11.078.464,90	11.154.188,40	31.465.332,80
Imp. Tab. Derivados	1.583.119,70	1.572.533,60	1.791.008,90	2.238.142,00
Imp. Beb. Alcoólicas	3.168.747,70	3.181.930,60	3.538.650,20	4.176.302,70
Taxas	6.344.631,50	7.489.071,60	10.686.336,10	18.620.986,80
Tx. Ass. Seg. Social	4.412.546,00	4.723.961,00	6.881.459,60	12.843.429,20
Tx. Educ. Saúde—A	4.412.546,00	4.723.961,00	5.224.885,00	7.639.429,00
Tx. Apos. Pens. Serv. Just.	0,00	0,00	1.651.107,50	5.203.545,00
Tx. Expediente	0,00	0,00	5.467,10	455,20
Tx. Emol. Custas Jud.	1.413.423,40	1.971.370,10	2.765.304,30	4.601.467,00
Tx. Judiciárias	1.409.367,70	1.959.975,50	2.751.686,60	4.598.730,00
Emol. Títulos Terras	4.055,70	11.394,60	13.617,70	2.737,00
Tx. Fisc. e Serv.S Div.	518.662,10	793.740,50	1.039.572,20	1.176.090,60
Tx. Metragem	28.475,10	105.120,00	52.491,20	21.051,70
Tx. Clas. Prod. Veg.	490.187,00	688.620,50	987.081,00	1.155.038,90
Receita Patrimonial	2.089.046,60	1.594.744,70	2.405.262,50	7.701.387,70
Receitas Industrial	12.893.442,80	15.747.399,20	11.915.942,60	14.908.889,70
Receitas Extraordinária	7.337.959,80	8.612.976,60	177.285.204,50	336.631.512,40

Continua



## ANEXO A

## SANTA CATARINA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES 1950-1964

Especificação	Continuação			
	1958	1959	1961	1962
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Receitas Correntes	1.870.279.171,40	2.644.145.325,70	6.019.417.774,60	11.416.950.110,30
Receita Tributária	1.457.283.460,60	1.961.227.770,40	4.265.595.116,10	7.494.884.853,30
Impostos	1.433.930.627,50	1.935.252.855,60	4.187.613.443,50	7.064.868.536,30
I.T.	27.131.209,70	35.800.318,70	44.012.525,40	2.006,00
I.T.P. "Causa Mortis"	9.662.820,00	11.050.960,30	17.824.103,90	19.693.676,70
I.T.P. "Intervivos"	54.201.266,80	63.316.928,50	116.805.384,80	20.677,00
I.P.C.	1.238.702.020,80	1.656.955.037,60	3.572.313.724,90	6.291.012.799,50
I.V.C.	1.238.702.020,80	1.656.955.037,60	3.572.313.724,90	6.291.012.799,50
I.Exp.	64.101.958,30	120.327.175,30	372.264.928,60	482.123.307,90
Imp. do Selo	33.808.717,70	41.541.618,20	58.237.208,60	85.291.898,20
Imp. de Selo Est.	33.808.717,70	41.541.618,20	58.237.208,60	64.441.862,20
Selo Sobre Papel	0,00	0,00	0,00	20.850.036,00
Imp. Tab. Derivados	2.203.967,80	2.202.638,50	2.203.402,50	25.407.954,40
Imp. Beb. Alcoólicas	4.118.666,40	4.058.178,50	3.952.164,80	45.306.467,90
Imposto de Minérios	0,00	0,00	0,00	1.213.672,90
Imp. Trans. Inversão Cap.	0,00	0,00	0,00	114.796.075,80
Taxa Trans. Serv.	0,00	0,00	0,00	114.796.075,80
Taxas	23.352.833,10	25.974.914,80	77.981.672,60	430.016.317,00
Tx Serv. Trânsito	0,00	0,00	44.429.682,50	111.461.142,90
Tx Reg. Veículos	0,00	0,00	32.677.613,00	37.575.019,00
Tx Serv. Transito (Trans.)	0,00	0,00	11.752.069,50	7.420.285,00
Tx Veíc. Aut. Part. Pass.	0,00	0,00	0,00	66.465.838,90
Tx Ass. Seg. Social	14.838.510,00	16.565.161,50	22.010.156,10	304.433.411,80
Tx Educ. Saúde - A	7.568.139,00	8.345.296,50	9.280.172,00	260.252.576,50
Tx Apos. Pens. Serv. Just.	7.270.371,00	8.219.865,00	12.729.984,10	15.110.163,40
Tx Assist. Ind. Local	0,00	0,00	0,00	29.070.671,90
Tx. Emol. Custas Jud.	6.677.430,60	8.735.659,40	11.481.785,40	14.115.350,20
Tx Judiciárias	6.668.069,90	8.729.462,10	11.474.583,00	14.114.833,60
Emol. Títulos Terras	9.360,70	6.197,30	7.202,40	516,60
Tx Fisc. e Serv.S Div.	1.836.892,50	674.093,90	60.048,60	6.412,10
Tx Metragem	113.921,40	65.338,40	59.183,70	6.412,10
Tx Clas. Prod. Veg.	1.722.971,10	608.755,50	864,90	0,00
Receita Patrimonial	2.019.192,40	9.428.079,90	22.210.657,20	28.909.504,40
Receitas Industrial	19.322.587,40	25.152.424,60	39.696.288,60	79.943.469,90
Receitas Extraordinária	391.653.931,00	648.337.050,80	1.691.915.712,70	3.813.212.282,70

Continua

## ANEXO A

## SANTA CATARINA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES 1950-1964

Continuação

Especificação	1963	1964
	Cr\$	Cr\$
Receitas Correntes	22.402.773.029,30	42.579.710.284,60
Receita Tributária	14.745.718.217,30	38.282.549.470,50
Impostos	12.356.293.016,80	23.768.575.456,30
I.T.P. "Causa Mortis"	40.805.245,00	59.192.946,00
I.P.C.	10.856.200.082,30	20.352.282.123,80
I.V.C.	10.856.200.082,30	20.352.282.123,80
I.Exp.	668.849.111,90	1.958.550.107,00
Imp. do Selo	109.570.634,30	161.285.257,20
Imp. de Selo Est.	86.634.109,60	140.493.014,30
Selo Sobre Papel	22.936.524,70	20.792.242,90
Imp. Tab. Derivados	180.558.889,20	262.947.157,80
Imp. Beb. Alcoólicas	81.253.935,50	165.050.767,20
Imposto de Minérios	86.119.919,50	2.499.672,50
Imp. Trans. Inversão Cap.	332.935.199,10	806.767.424,80
Taxa Trans. Serv.	332.935.199,10	806.767.424,80
Taxas	2.389.425.200,50	14.513.974.014,20
Tx Serv. Trânsito	149.723.344,90	193.896.266,30
Tx Reg. Veículos	46.895.125,70	58.448.901,70
Tx Serv. Transito (Trans.)	6.968.917,80	9.061.125,00
Tx Veíc. Aut. Part. Pass.	95.859.301,40	126.386.239,60
Tx Ass. Seg. Social	2.215.712.511,50	4.108.384.961,00
Tx Educ. Saúde - A	27.656.085,70	23.016.799,70
Tx Educ. Saúde - B	2.131.036.079,00	4.031.469.436,50
Tx Apos. Pens. Serv. Just.	19.462.648,60	23.324.446,80
Tx Assist. Ind. Local	37.557.698,20	30.574.278,00
Tx Emol. Custas Jud.	23.989.344,10	36.012.507,70
Tx Judiciárias	23.976.587,60	36.003.984,70
Emol. Títulos Terras	12.756,50	8.523,00
Tx Fisc. e Serv. S Div.	0,00	10.175.680.279,20
Tx Metragem	0,00	2.580,00
Tx Plano Obras Equip.	0,00	5.084.361.836,80
Tx Investimentos	0,00	5.091.315.862,40
Receita Patrimonial	47.618.003,10	48.504.300,70
Receitas Industrial	103.930.009,90	103.110.852,40
Receitas Extraordinária	6.263.755.700,30	0,00
Transferências Correntes	0,00	2.853.610.729,60
Receitas Diversas	1.241.751.098,70	1.291.934.931,40

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina

Elaborada por Marcus Vinicius Tortelote Saraiva

**ANEXO B**  
**SANTA CATARINA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES**  
**1965 – 2001**

<b>Especificação</b>	<b>1965</b>	<b>1966</b>	<b>1967</b>	<b>1968</b>
	<b>Cr\$</b>	<b>Cr\$</b>	<b>NCR\$</b>	<b>NCR\$</b>
Receitas Orçamentárias	73.227.823.173,00	104.662.325.642,20	136.756.717,78	247.030.378,09
Receitas Correntes	68.921.460.480,00	103.588.085.362,20	126.247.764,59	178.645.468,58
Receita Tributária	61.495.125.742,00	92.465.091.384,20	108.129.576,64	168.562.029,41
Impostos	38.767.787.569,00	55.249.998.740,00	102.184.418,35	160.647.244,14
I.P.R.	0,00	0,00	0,00	1.462.537,09
I.T.B.I.	0,00	0,00	0,00	1.462.537,09
I.T.B.I.D.R.	0,00	0,00	850.919,19	0,00
I.T.P."Causa Mortis"	93.368.870,00	160.666.621,00	0,00	0,00
I.P.C.	32.199.080.457,00	50.946.898.145,00	97.517.463,54	158.173.472,20
I. Exp.	3.385.109.738,00	0,00	0,00	0,00
Outros Impostos	0,00	0,00	3.816.035,62	1.011.234,85
I. Exerc. Ant.	0,00	0,00	0,00	1.011.234,85
I.S.	186.507.490,00	1.513.850.095,00	0,00	0,00
I.T.D	649.512.945,00	761.355.265,00	0,00	0,00
I.B.A	241.894.922,00	343.895.628,00	0,00	0,00
I.Min.	649.846.760,00	0,00	0,00	0,00
I.T.I.C.	1.362.466.387,00	1.523.332.986,00	0,00	0,00
Taxas	22.727.338.173,00	37.215.092.644,20	5.945.158,29	7.914.785,27
Tx Poder de Polícia	0,00	0,00	0,00	3.861.644,18
Tx Serviço de Trânsito	74.833.485,00	1.349.871.252,20	0,00	0,00
Tx Prestação Serviços	0,00	0,00	0,00	4.053.141,09
Tx Assist. Seg. Social	6.485.631.646,00	10.333.018.752,00	4.231,54	0,00
Tx Emol. Custas Judiciárias	68.010.427,00	124.145.720,00	0,00	0,00
Tx Fiscal. Serv. Diver.	16.098.862.615,00	25.408.056.920,00	5.940.926,75	0,00
Receita Patrimonial	51.089.042,00	36.070.670,00	214.553,97	772.013,53
Receitas Industriais	106.776.015,00	73.004.368,00	8.613,91	7.653,60
Transferências Correntes	6.713.578.994,00	10.449.462.804,00	15.242.286,12	2.182.347,74
Receitas Diversas	554.890.687,00	564.456.136,00	2.652.733,95	7.121.424,30
Receitas de Capital	4.306.362.693,00	1.074.240.280,00	10.508.953,19	68.384.909,51

Continua

**ANEXO B**  
**SANTA CATARINA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES**  
**1965 - 2001**

<b>Especificação</b>	<b>1969</b>	<b>1970</b>	<b>1971</b>	Continuação
	<b>NCR\$</b>	<b>CR\$</b>	<b>CR\$</b>	<b>1972</b> <b>CR\$</b>
Receitas Orçamentárias	283.391.238,56	421.411.007,15	604.846.007,05	875.558.445,60
Receitas Correntes	241.550.512,44	381.140.929,65	481.115.342,69	671.163.193,73
Receita Tributária	225.597.156,56	353.104.627,25	446.714.954,48	609.009.509,85
Impostos	214.677.914,38	336.165.999,17	415.839.970,39	579.440.183,92
IP.R	1.746.682,96	2.074.937,45	2.796.499,29	4.306.681,38
I.T.B.I	1.746.682,96	2.074.937,45	2.796.499,29	4.306.681,38
IP.C.	212.400.836,57	333.730.555,46	413.003.176,39	575.072.823,22
Outros Impostos	530.394,85	360.506,26	40.294,71	60.679,32
I. Exerc. Ant.	530.394,85	360.506,26	40.294,71	60.679,32
Taxas	10.919.242,18	16.938.628,08	30.874.984,09	29.569.325,93
Tx Poder de Polícia	5.439.185,07	9.169.817,37	0,00	0,00
Tx Rodoviária Única	0,00	0,00	22.143.963,68	28.097.711,16
Tx Prestação Serviços	5.480.057,11	7.768.810,71	8.731.020,41	1.471.614,77
Tx Serviços Gerais	0,00	0,00	0,00	9.579.225,41
Receita Patrimonial	1.626.979,45	2.371.055,01	2.210.314,23	12.790.344,74
Receitas Industrial	272.333,62	27.442,26	41.933,62	17.154,70
Transferências Correntes	2.664.166,51	12.943.857,20	16.994.764,22	26.699.664,94
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Diversas	11.389.876,30	12.693.947,93	15.153.376,14	22.646.519,50
Receitas de Capital	41.840.726,12	40.270.077,50	123.730.664,36	204.395.251,87
				Continua

**ANEXO B**  
**SANTA CATARINA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES**  
**1965 - 2001**

<b>Especificação</b>	<b>1973</b>	<b>1974</b>	<b>1975</b>	<b>Continuação</b>
	<b>CR\$</b>	<b>CR\$</b>	<b>CR\$</b>	<b>1976</b>
				<b>CR\$</b>
Receitas Orçamentárias	1.095.224.048,80	1.664.898.976,25	2.752.421.235,84	3.748.033.571,63
Receitas Correntes	969.716.980,69	1.416.938.825,84	1.808.239.030,38	2.666.151.362,17
Receita Tributária	872.462.841,94	1.260.854.317,08	1.635.994.166,71	2.331.083.873,53
Impostos	855.869.473,01	1.239.092.090,45	1.604.529.682,72	2.284.534.293,34
I.P.R.	9.018.381,29	14.215.180,94	19.010.706,97	29.182.697,97
I.T.B.I.	9.018.381,29	14.215.180,94	19.010.706,97	29.182.697,97
I.P.C.	846.851.091,72	1.224.876.909,51	1.585.518.975,75	2.255.351.595,37
Taxas	16.593.368,93	21.762.226,63	31.464.483,99	46.549.580,19
Tx Rodoviária Única	818.295,51	6.543,70	0,00	0,00
Tx Serviços Gerais	12.943.024,00	17.797.917,38	25.664.788,88	37.037.818,72
Tx Prestação Serviços	2.832.049,42	3.957.765,55	5.799.695,11	9.511.761,47
Receita Patrimonial	17.435.973,56	17.326.972,35	20.646.440,07	33.433.546,56
Receitas Industrial	3.079,00	3.040,00	5.515,00	120,00
Transferências Correntes	46.003.613,63	82.579.873,43	101.771.033,20	238.086.374,07
Receitas Diversas	33.811.472,56	56.174.622,98	49.821.875,40	63.547.448,01
Receitas de Capital	125.507.068,11	247.960.150,41	944.182.205,46	1.081.882.209,46
				Continua

**ANEXO B**  
**SANTA CATARINA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES**  
**1965 - 2001**

<b>Especificação</b>	<b>1977</b>	<b>1978</b>	<b>1979</b>	Continuação <b>1980</b>
	<b>CR\$</b>	<b>CR\$</b>	<b>CR\$</b>	<b>CR\$</b>
Receitas Orçamentárias	5.651.738.392,11	10.567.109.262,97	15.401.546.525,27	30.514.257.892,47
Receitas Correntes	4.344.880.168,98	6.878.110.825,27	11.984.860.141,81	24.852.983.160,05
Receita Tributária	3.862.458.039,49	6.069.069.162,47	10.274.110.632,10	22.388.103.770,64
Impostos	3.794.745.023,94	5.967.956.725,05	10.128.127.882,83	22.164.482.888,79
I.P.R.	42.887.482,19	68.069.632,43	112.041.294,76	230.424.861,24
I.T.B.I.	42.887.482,19	68.069.632,43	112.041.294,76	230.424.861,24
I.P.C.	3.751.857.541,75	5.899.887.092,62	10.016.086.588,07	21.934.058.027,55
Taxas	67.713.015,55	101.112.437,42	145.982.749,27	223.620.881,85
Tx Serviços Gerais	51.191.015,68	79.372.671,86	112.997.058,59	174.076.795,25
Tx Prestação Serviços	16.521.999,87	21.739.765,56	32.985.690,68	49.544.086,60
Receita Patrimonial	22.150.537,07	48.838.856,15	41.206.247,52	89.833.504,03
Transferências Correntes	348.904.939,21	493.638.695,52	826.221.509,94	1.316.421.574,72
Receitas Diversas	111.366.653,21	266.564.111,13	843.321.752,25	1.058.624.310,66
Receitas de Capital	1.306.858.223,13	3.688.998.437,70	3.416.686.383,46	5.661.274.732,42
				Continua

ANEXO B  
SANTA CATARINA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES  
1965 - 2001

Especificação	1981	1982	1983	Continuação 1984
	CR\$	CR\$	CR\$	CR\$
Receitas Orçamentárias	57.424.761.235,14	146.834.129.625,09	311.653.975.671,37	928.860.692.042,50
Receitas Correntes	39.737.738.793,62	99.862.902.710,35	215.896.187.622,04	757.034.284.315,01
Receita Tributária	35.099.846.716,14	91.154.713.143,18	182.527.191.302,67	627.907.686.252,44
Impostos	34.691.293.585,03	90.221.860.141,27	180.897.304.578,88	623.605.790.009,53
I.P.R.	215.804.985,88	1.425.090.121,79	2.694.001.668,68	6.540.430.734,06
I.T.B.I.	215.804.985,88	1.425.090.121,79	2.694.001.668,68	6.540.430.734,06
I.P.C.	34.475.488.599,15	88.796.770.019,48	178.203.302.910,20	617.065.359.275,47
Taxas	408.553.131,11	932.853.001,91	1.629.886.723,79	4.301.896.242,91
Tx Serviços Gerais	324.080.744,22	782.123.035,63	1.277.950.861,08	3.431.821.348,44
Tx Prestação Serviços	84.472.386,89	150.729.966,28	351.935.862,71	870.074.894,47
Receita Patrimonial	304.307,83	229.818.680,46	1.799.804,00	4.320.130,00
Transferências Correntes	2.953.557.140,22	5.940.409.529,09	21.013.215.300,97	90.749.206.639,66
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	12.353.981.214,40	38.373.071.292,91
Receitas Diversas	1.684.030.629,43	2.537.961.357,62	0,00	0,00
Receitas de Capital	17.687.022.441,52	46.971.226.914,74	95.757.788.049,33	171.826.407.727,49
				Continua

**ANEXO B**  
**SANTA CATARINA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES**  
**1965 - 2001**

<b>Especificação</b>	<b>1985</b>	<b>1986</b>	<b>1987</b>	<b>Continuação</b>
	<b>CR\$</b>	<b>Cz\$</b>	<b>Cz\$</b>	<b>1988</b>
Receitas Orçamentárias	3.413.268.447,267,00	11.266.138.397,67	39.243.811.129,91	270.729.962.121,47
Receitas Correntes	3.123.282.764.342,00	10.279.595.172,58	31.582.640.447,08	224.593.611.128,47
Receita Tributária	2.716.734.765.050,00	8.836.815.547,38	25.338.719.917,38	158.494.332.215,77
Impostos	2.697.333.328.808,00	8.771.779.944,50	25.258.758.922,96	158.057.475.568,20
I.P.R.	26.779.429.207,00	104.604.359,14	303.371.333,57	1.774.765.286,17
I.T.B.I.	26.779.429.207,00	104.604.359,14	303.371.333,57	1.774.765.286,17
I.P.V.A.	0,00	185.937.574,85	807.405.174,01	2.554.246.688,42
I.P.C.	2.670.553.899.601,00	8.481.238.010,51	24.147.982.415,38	153.728.463.593,61
Taxas	19.401.436.242,00	65.035.602,88	79.960.994,42	436.856.647,57
Tx Serviços Gerais	17.012.862.709,00	53.588.967,25	59.623.121,81	418.902.478,10
Tx Prestação Serviços	2.388.573.533,00	11.446.635,63	20.337.872,61	17.954.169,47
Receita Patrimonial	20.864.110,00	2.235,00	183.940,58	217.576.675,32
Transferências Correntes	311.580.854.116,00	1.257.410.317,59	4.370.615.593,50	38.687.040.347,73
Outras Receitas Correntes	94.946.281.066,00	185.367.072,61	1.873.120.995,62	27.194.661.889,65
Receitas de Capital	289.985.682.925,00	986.543.225,09	7.661.170.682,83	46.136.350.993,00
				Continua



**ANEXO B**  
**SANTA CATARINA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES**  
**1965 - 2001**

<b>Especificação</b>	<b>1989</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	Continuação
	NCz\$	Cr\$	Cr\$	1992 Cr\$
Receitas Orçamentárias	5.098.126.788,03	122.010.148.584,23	487.835.614.057,54	5.644.489.910.180,16
Receitas Correntes	4.175.748.619,44	109.843.100.432,00	462.912.995.296,01	4.919.253.800.876,31
Receita Tributária	2.959.644.258,83	88.693.062.091,34	375.046.733.998,49	3.890.827.888.117,60
Impostos	2.940.217.485,12	88.284.169.566,79	373.137.377.921,88	3.868.093.515.278,99
I.P.R.	1.763.995,06	19.277.172,85	50.912.835,62	439.767.201,72
I.T.B.I.	1.763.995,06	19.277.172,85	50.912.835,62	439.767.201,72
I.T.“C. Mortis” D. B. D.	4.666.488,99	167.290.892,14	611.165.940,54	7.055.079.221,01
I.A.L.G.	10.097.824,72	676.496.422,75	2.170.089.378,37	34.425.786.766,73
I.P.V.A.	32.998.019,75	2.400.741.039,52	10.284.055.629,46	133.096.884.235,54
I.P.C.	2.890.691.156,60	85.020.364.039,53	360.021.154.137,89	3.693.075.997.853,99
Taxas	19.426.773,71	408.892.524,55	1.909.356.076,61	22.734.372.838,61
Tx. Seg. Osten. C/ DELI	3.530.647,18	91.482.739,21	306.514.307,82	4.009.649.897,24
Tx. Serviços Gerais	15.190.828,75	307.890.009,86	1.522.965.738,14	17.958.566.813,45
Tx. Prestação Serviços	705.297,78	9.519.775,48	79.876.030,65	766.156.127,92
Receita Patrimonial	21.345.690,69	156.358.801,42	401.399.094,83	44.951.254.897,99
Transferências Correntes	458.293.625,94	17.633.037.507,50	75.842.420.262,92	677.299.328.984,19
Outras Receitas Correntes	736.465.043,98	3.360.642.031,74	11.622.441.939,77	306.175.328.876,53
Receitas de Capital	922.378.168,59	12.167.048.152,23	24.922.618.761,53	725.236.109.303,85
				Continua

**ANEXO B**  
**SANTA CATARINA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES**  
**1965 - 2001**

<b>Especificação</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>Continuação</b>
	<b>CR\$</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$</b>	<b>1996</b>
				<b>R\$</b>
Receitas Orçamentárias	118.099.484.933,33	1.475.658.049,48	2.335.079.454,21	3.560.393.672,35
Receitas Correntes	113.986.608.837,33	1.224.022.859,85	2.177.863.138,92	2.592.381.782,14
Receita Tributária	80.544.476.187,17	932.994.919,43	1.740.293.409,75	1.967.970.907,52
Impostos	79.672.887.742,78	927.192.039,18	1.720.579.897,04	1.966.024.871,41
I.P.R.	4.954.317,48	48.887,69	124.903,25	131.725,78
I.T.B.I.	4.954.317,48	48.887,69	124.903,25	131.725,78
I.T.“C. Mortis” D. B. D.	166.744.784,99	2.054.790,13	5.153.364,34	5.923.535,65
I.A.L.G.	288.134.377,62	69,21	2.295,86	0,00
I.P.V.A.	2.546.063.642,46	31.549.793,20	71.748.510,96	86.478.538,92
I.P.C.	76.666.990.620,23	893.538.498,95	1.643.550.822,63	1.873.491.071,06
Taxas	871.588.444,39	5.802.880,25	19.713.512,71	1.946.036,11
Tx. Fiscalização Sorteio	0,00	0,00	71.577,11	0,00
Tx. Seg. Osten-C/ DELI	50.964.916,63	478.286,53	888.546,11	0,00
Tx. Serviços Gerais	816.705.587,73	5.165.365,03	18.218.731,19	1.943.080,73
Tx. Prestação Serviços	3.917.940,03	159.228,69	534.658,30	2.955,38
Receita Patrimonial	11.049.057.297,84	56.993.831,91	24.910.713,10	28.179.409,74
Transferências Correntes	20.121.570.687,40	186.798.132,79	373.285.916,12	478.857.261,08
Outras Receitas Correntes	2.271.504.664,92	47.235.975,72	39.373.099,95	117.374.203,80
Receitas de Capital	4.112.876.096,00	251.635.189,63	157.216.315,29	968.011.890,21
				Continua

ANEXO B  
SANTA CATARINA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES  
1965 - 2001

Especificação	1997	1998	1999	Continuação 2000
	R\$	R\$	R\$	R\$
Receitas Orçamentárias	3.369.524.890,31	2.966.471.546,32	3.332.697.710,30	5.115.969.443,94
Receitas Correntes	2.859.075.587,23	2.875.623.994,08	3.031.214.299,15	3.720.538.252,61
Receita Tributária	2.099.260.997,76	2.100.009.853,30	2.357.603.654,70	2.944.401.812,23
Impostos	2.096.527.862,01	2.097.411.358,45	2.354.390.287,28	2.875.837.720,24
I.P.R.	138.830,32	146.212,48	157.966,77	92.920,31
I.T.B.I.	138.830,32	146.212,48	157.966,77	92.920,31
I. T. "C. Mortis" D. B. D.	7.477.794,44	6.382.818,30	7.241.961,05	6.967.798,72
I.P.V.A.	107.637.723,97	127.954.426,94	123.149.705,05	165.247.861,48
I.P.C.	1.981.273.513,28	1.962.927.900,73	2.223.840.654,41	2.703.529.139,73
Taxas	2.733.135,75	2.598.494,85	3.213.367,42	68.564.091,99
Tx Poder De Polícia	0,00	0,00	0,00	411,00
Tx Serviços Gerais	2.733.135,75	2.598.494,85	3.213.367,42	68.560.620,28
Tx Prestação Serviços	0,00	0,00	0,00	3.060,71
Receita Patrimonial	94.639.352,19	118.484.836,07	11.478.774,12	19.543.735,28
Transferências Correntes	533.784.622,27	561.680.947,85	595.401.923,54	688.821.308,64
Outras Receitas Correntes	131.390.615,01	95.448.356,86	66.729.946,79	67.771.396,46
Receitas de Capital	510.449.303,08	90.847.552,24	301.483.411,15	1.395.431.191,33
				Continua

**ANEXO B**  
**SANTA CATARINA - RECEITA ORÇAMENTÁRIA A PREÇOS CORRENTES**  
**1965 - 2001**

Continuação

<b>Especificação</b>	<b>2001</b>
	<b>R\$</b>
Receitas Orçamentárias	4.414.511.924,28
Receitas Correntes	4.367.871.197,00
Receita Tributária	3.505.135.405,76
Impostos	3.433.452.430,29
IP.R	87.749,56
I.T.B.I	87.749,56
I.T.“C. Mortis” D. B. D.	8.218.512,57
IP.V.A.	190.266.038,71
IP.C.	3.234.880.129,45
Taxas	71.682.975,47
Tx Poder De Polícia	339.941,15
Tx Seg. Preventiva	302.263,21
Tx Seg. Osten C/ DELI	4.448,04
Tx Serviços Gerais	71.033.838,85
Tx Prestação Serviços	2.484,22
Receita Patrimonial	38.273.291,21
Transferências Correntes	743.296.816,14
Outras Receitas Correntes	81.165.683,89
Receitas de Capital	46.640.727,28

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina  
Elaborada por Marcus Vinicius Tortelote Saraiva

**ANEXO C**  
**ÍNDICE ANUAL UTILIZADO PARA ATUALIZAR A SÉRIE HISTÓRICA DAS**  
**RECEITAS ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA –**

1950 – 2001

ANO	IGP-DI BASE 100 Dez/01	IGP-DI BASE 100 Ago/94
1950	0,0000000000000085	1,73E-13
1951	0,0000000000000099	2,02E-13
1952	0,0000000000000110	2,25E-13
1953	0,0000000000000126	2,58E-13
1954	0,0000000000000161	3,28E-13
1955	0,0000000000000187	3,82E-13
1956	0,0000000000000224	4,58E-13
1957	0,0000000000000256	5,23E-13
1958	0,0000000000000289	5,91E-13
1959	0,0000000000000399	8,15E-13
1960	0,0000000000000515	1,05E-12
1961	0,0000000000000706	1,44E-12
1962	0,0000000000001073	2,19E-12
1963	0,0000000000001864	3,81E-12
1964	0,0000000000003554	7,27E-12
1965	0,0000000000005584	1,14E-11
1966	0,0000000000007731	1,58E-11
1967	0,0000000000009940	2,03E-11
1968	0,0000000000012350	2,53E-11
1969	0,0000000000014837	3,03E-11
1970	0,0000000000017722	3,62E-11
1971	0,0000000000021322	4,36E-11
1972	0,0000000000025015	5,12E-11
1973	0,0000000000028744	5,88E-11
1974	0,0000000000036990	7,57E-11
1975	0,0000000000047301	9,67E-11
1976	0,0000000000066807	1,37E-10
1977	0,0000000000095302	1,95E-10
1978	0,000000000132218	2,7E-10
1979	0,000000000203509	4,16E-10
1980	0,000000000407445	8,33E-10
1981	0,000000000855144	1,75E-09
1982	0,000000001671353	3,42E-09
1983	0,000000004253310	8,7E-09
1984	0,000000013639310	2,79E-08
1985	0,000000044398707	9,08E-08
1986	0,000000107556739	2,2E-07
1987	0,000000349377651	7,15E-07
1988	0,000002741315185	5,61E-06
1989	0,000038923146971	7,96E-05

Continua

## ANEXO C

ÍNDICE MENSAL UTILIZADO PARA ATUALIZAR A SÉRIE HISTÓRICA DAS  
RECEITAS ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA –

1950 – 2001

ANO	IGP-DI BASE 100 Dez/01	Continuação IGP-DI BASE 100 Ago/94
1990	0,001105505435865	0,002261
1991	0,005690616893210	0,011639
1992	0,062104607050266	0,127022
1993	1,368411117091430	2,798796
1994	34,304241413296400	70,16209
1995	57,445055650240100	117,4918
1996	63,818604296784300	130,5275
1997	68,867971806757600	140,8549
1998	71,545017880519600	146,3303
1999	79,643383759509000	162,8938
2000	90,611677973815100	185,3271
2001	100,000000000000000	204,5289

Fonte: Fundação Getulio Vargas

Elaborada por Marcus Vinicius Tortelote Saraiva

## ANEXO D

## BRASIL – TAXA DE VARIAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB) – 1950-2001

Ano	%	Ano	%
1948	9.70	1975	5.17
1949	7.70	1976	10.26
1950	6.80	1977	4.93
1951	4.90	1978	4.97
1952	7.30	1979	6.76
1953	4.70	1980	9.20
1954	7.80	1981	(4.25)
1955	8.80	1982	0.83
1956	2.90	1983	(2.93)
1957	7.70	1984	5.40
1958	10.80	1985	7.85
1959	9.80	1986	7.49
1960	9.40	1987	3.53
1961	8.60	1988	(0.06)
1962	6.60	1989	3.16
1963	0.60	1990	(4.35)
1964	3.40	1991	1.03
1965	2.40	1992	(0.54)
1966	6.70	1993	4.92
1967	4.20	1994	5.85
1968	9.80	1995	4.22
1969	9.50	1996	2.66
1970	10.40	1997	3.27
1971	11.34	1998	0.13
1972	11.94	1999	0.81
1973	13.97	2000	4.36
1974	8.15	2001	1.51

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada  
Elaborada por Marcus Vinicius Tortelote Saraiva

## ANEXO E

## TÍTULOS DAS CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA DE 1950 A 1964

## Receitas Correntes

## Receita Tributária

## Impostos

Imposto s/ Transmissão de Bens Imóveis e de Direitos a eles Relativos

Imposto Territorial

Imposto de Herança e Legados

Imposto s/ Transmissão de Propriedade "Causa Mortis"

Imposto s/ Transmissão de Propriedade "Intervivos"

Imposto s/ Transmissão de Propriedade

Imposto s/ a Produção e a Circulação

Imposto s/ Vendas e Consignação

Imposto s/ Exportação

Imposto s/ Industrias E Profissões

## Outros Impostos

Imposto do Selo

Imposto de Selo Estadual

Selo Sobre Papel

Imposto s/ Tabacos e Derivados

Imposto s/ Bebidas Alcoólicas

Imposto de Minérios

Imposto s/ Transação e Inversão de Capital

Taxa s/ Transação de Serviço<sup>7</sup>

## TAXAS

Taxas de Serviço de Trânsito

Taxas s/ Registro de Veículos

Taxas de Serviço de Transito (Transporte)

Taxas s/ Veículos Automotores Particulares e Passageiros

Taxas de Assistência e Segurança Social

Taxas de Educação e Saúde - Item A

Taxas de Educação e Saúde - Item B

Taxas de Aposentadoria e Pensões dos Serventes da Justiça

Taxas de Assistência Industrial Local

Taxas de Expediente

Taxas, Emolumentos e Custas Judiciárias

Taxas Judiciárias

Emolumentos s/ Títulos de Terras

Taxas de Fiscalização e Serviços Diversos

Taxas de Metragem

Taxas de Classificação de Produtos Vegetais

Taxas de Classificação do Fumo

Taxas de Classificação de Farinha de Mandioca

Taxas do Plano de Obras e Equipamentos

Taxas de Investimentos

Continua

---

<sup>7</sup> Taxa s/ Transação de Serviço é nome da sub conta enquadrada na conta impostos



**ANEXO E****TÍTULOS DAS CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA DE 1950 A 1964**

Continuação

Taxas Diversas  
Outras Taxas  
Receita Patrimonial  
Receitas Industrial  
Receitas Extraordinária  
Transferências Correntes  
Receitas Diversas

**ANEXO F****TÍTULOS DAS CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA DE 1965 A 2001****Receitas Orçamentárias****Receitas Correntes****Receita Tributária****Impostos**

Imposto s/ o Patrimônio e a Renda

Imposto s/ a Transmissão de Bens Imóveis

Imposto s/ transmissão "causa mortis" e doação de Bens e Dir.

Imposto s/ Transmissão de bens imóveis e de direitos a eles relativos

Imposto s/ Transmissão de Propriedade "causa mortis"

Imposto Adicional sobre Lucros, Ganhos

Rendimentos de Capital

Imposto s/ Propriedades de Veículos Automotores

Estadual

Municipal

Imposto s/ a Produção e a Circulação

Imposto Sobre a Circulação de Mercadoria - ICM

Estadual

Municipal

ICM s/ combustíveis e lubrificantes para veículos rodoviários

Imposto Sobre a Circulação de Mercadoria e Serviço - ICMS

Estadual

Municipal

Cota Estado FUNDEF/ICMS

Cota Município FUNDEF/ICMS

Imposto s/ a Circulação de Mercadoria e Serviço - REFIS

Estadual

Municipal

Cota Estado/FUNDEF

Cota Município/FUNDEF

Imposto s/ Vendas e Consignação

Imposto s/ Exportação

Outros Impostos

Imposto de Exercício Anteriores

Imposto do Selo

Imposto de Selo Estadual

Selo s/ Papel

Imposto s/ Tabacos e Derivados

Imposto s/ Bebidas Alcoólicas

Imposto de Minérios

Imposto s/ Transação e Inversão de Capital

Taxa s/ Transação de Serviço

Continua

**ANEXO F****TÍTULOS DAS CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA DE 1965 A 2001**

Continuação

**TAXAS**

Taxas pelo Poder de Polícia  
Taxas de Prevenção Contra Sinistros  
Taxas s/ Registro de Veículos  
Taxas de Serviço de Trânsito  
Taxas s/ Registro de Veículos  
Taxas de Serviço de Transito (transporte)  
Taxas s/ Veículos Automotores Particulares e Passageiros  
Taxas de Fiscalização de Sorteio  
Taxas de Segurança Preventiva  
Taxas de Segurança Osten. C/ DELITOS  
Taxa Rodoviária Única  
Federal  
Estadual  
Municipal  
Taxa de Trânsito  
Taxa de Serviços Gerais  
Atos de Administração em Geral  
Atos de Saúde Pública  
Atos de Segurança Pública  
Atos da Polícia Militar  
Atos da SEDRA  
Taxas pela Prestação de Serviços  
Taxa por Atos da Junta Comercial do Estado  
Taxas de Expediente  
Taxas de Aposentadoria e Pensão  
Taxas Judiciária  
Taxa de Bombeiro  
Taxa de Segurança contra Incêndios  
Taxa Secretaria da Agricultura  
Taxa de Fiscalização de Projetos de Construção  
Taxa Aposentadoria Serv. E Aux. Da Justiça  
Taxas de Telefonia  
Taxas de Exercícios Anteriores  
Taxas de Serviços Gerais  
Taxas de Assistência e Segurança Social  
Taxas de Educação e Saúde - item a  
Taxas de educação e saúde - item b  
Taxas de Aposentadoria e Pensões dos Serventes da Justiça  
Taxas, emolumentos e custas judiciárias  
Taxas judiciárias  
Taxas de fiscalização e serviços diversos  
Taxas de classificação de Produtos vegetais

Continua

## TÍTULOS DAS CONTAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA DE 1965 A 2001

Continuação

Taxas do plano de obras e equipamentos  
Taxas de investimentos  
Taxas diversas  
Outras taxas  
Receita Patrimonial  
Receitas Industrial  
Transferências Correntes  
Outras Receitas Correntes  
Receitas Diversas  
Receitas de Capital

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL, Márcia N.B. **Evolução das receitas, despesas e dívida pública de Santa Catarina: 1964 a 1999**. Florianópolis, 2001. Reprogr. Monografia (Bacharelado em Economia) - Dep. de Economia, UFSC.
- BRESSER PEREIRA, L. C. **A Reforma do Estado dos Anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**. Brasília: 1997. (Cadernos do MARE da Reforma do Estado, c.1.)
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL –1988, Câmara dos Deputados, Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações, 10ª Edição, Brasília, 1998.358p.
- CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - 1989, Assembléia Legislativa/IOESC, Florianópolis, 1989. 120p.
- COSTIN, M. C. **Administração Pública Gerencial: Um novo modelo de Gestão**. In: Seminário Nacional de Administração Pública Gerencial, 1, 1998, Salvador, IBAP – Desenvolvimento & Eventos 1998. p.01-10.
- BORGES, Humberto Bonavides. **Gerência de Impostos**. São Paulo: Atlas, 1998. 273 p.
- FILELLINI, Alfredo. **Economia do Setor Público**. São Paulo: Atlas, 1994. 202 p.
- GASPARINI, D. **Direito Administrativo**. São Paulo: Saraiva, 1992. 636 p.
- GIACOMONI, J. **Orçamento Público**. São Paulo: Atlas, 1984. 215p.
- GIAMBIAGI, F, ALÉM A. C., **Finanças Públicas**. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 475p.
- GORDON, Robert J. **Macroeconomia**. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2000. 454p.
- GOULART, R. **Análise dos Gastos com Pessoal na Administração Pública Catarinense**, Florianópolis, 1999. Reprogr. Monografia (Bacharelado em Economia) - Dep. de Economia, UFSC.
- MATTOS, F. M. **Santa Catarina: Nova Dimensão**. Ed. UFSC, 1973. 446p.
- MUNHOZ, D. G. **Economia Aplicada: técnicas de pesquisa e análise econômica**. Brasília: Universidade de Brasília, 1989, 300p.
- MUSGRAVE, R. A. **Teoria das Finanças Públicas: um estudo da economia governamental**. Tradução de Auriphebo Berrance Simões. Atlas, Brasília, INL, 1973, 383 p.
- RIANI, F. **Economia do Setor Público: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 1980, 193p.
- ROMEY, A. C. , MENDES, C. , CARNEIRO, P.B. , PISCITELLI, R.B. **Contabilidade Tributária**. São Paulo: Atlas, 1984, 318p.

SANSON, J. R.; SEABRA, F. **Análise do Gasto Estadual com Pessoal: Estado de Santa Catarina**. Brasília: IPEA, 1998. 37p.

SANTA CATARINA. Governo do Estado, **Secretaria da Fazenda, Coordenação de Administração Financeira, Contabilidade e Auditoria**. *Prestação de Contas*. Florianópolis, 1950 a 1959, 1961 a 2001.

SILVA, F. A. R. **Finanças Públicas**. São Paulo: Atlas, 1983. 367 p.